

Hypera S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Índice

1	Informações gerais.....	3
2	Resumo das principais políticas contábeis.....	4
3	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	18
4	Gestão do risco financeiro	19
5	Gestão de capital.....	24
6	Estimativa do valor justo	25
7	Contabilidade de cobertura (<i>Hedge Accounting</i>).....	27
8	Instrumentos financeiros por categoria.....	29
9	Qualidade do crédito dos ativos financeiros	31
10	Caixa e equivalentes de caixa	32
11	Contas a receber.....	32
12	Estoque.....	33
13	Tributos a recuperar.....	34
14	Outros ativos.....	34
15	Operações descontinuadas	34
16	Investimentos	35
17	Propriedades para investimentos	36
18	Imobilizado	37
19	Intangível.....	38
20	Fornecedores.....	40
21	Cessão de créditos por fornecedores.....	40
22	Empréstimos, financiamentos e debêntures	41
23	Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	46
24	Tributos a recolher	47
25	Contas a pagar	48
26	Contingências passivas	50
27	Capital social e reservas.....	54
28	Receita	59
29	Composição das contas de resultado.....	60
30	Resultado por ação.....	61
31	Transações com partes relacionadas	62
32	Outros assuntos	65
33	Eventos subsequentes	65

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Hypera S.A. (“Companhia”), com sede em São Paulo-SP, é uma Companhia farmacêutica brasileira que detém posição de liderança em diversos mercados em que está presente, segundo dados do IQVIA, e tem como Missão “dar acesso à saúde para a população brasileira, oferecendo produtos de alta qualidade e segurança, investindo continuamente em inovação para crescer de forma sustentável para que as pessoas vivam mais e melhor”.

Principais produtos:

- a) Com a marca guarda-chuva Mantecorp Farmasa, a Companhia atua em diversas especialidades médicas no segmento de Primary Care (Cuidados Básicos), incluindo as 30 maiores do país, segundo dados da Close-Up International, com produtos como Predsim, Celestamine, Maxsulid, Diprospan, Mioflex-A e Addera D3; com Mantecorp Skincare, oferece dermocosméticos recomendados por dermatologistas em todo o Brasil, ainda segundo informações da Close-Up International;
- b) A Companhia é líder nos mercados de medicamentos isentos de prescrição no Brasil, segundo o IQVIA, com marcas como Apracur, Benegrip, Coristina d, Engov, Epocler, Estomazil, dentre outras. Atua também nos mercados de nutricionais, adoçantes e suplementos vitamínicos, com marcas como Tamarine, Vitasay 50+, Biotônico Fontoura e Zero-Cal, marca Top of Mind há 16 anos no Brasil, segundo o Datafolha;
- c) A Companhia é líder, com a marca Neo Química, nos mercados de Similares e Genéricos em que está presente, segundo dados do IQVIA. A marca chega a 96% dos pontos de venda do mercado farmacêutico brasileiro, ainda segundo informações do IQVIA, em linha com a Missão da Companhia de promover acesso à saúde para a população.

A produção de mercadorias é realizada sobretudo nas controladas Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (“Brainfarma”) e Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (“Cosmed”), em unidades situadas no Estado de Goiás. Seu principal centro de distribuição está localizado em Anápolis-GO.

As atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos, dermocosméticos e nutricionais estão concentradas em centro de inovação da controlada Brainfarma em Barueri- SP. Em operação desde 2017, as instalações abrigam tecnologias para desenvolvimento de produtos em diversas formas farmacêuticas, nos seis laboratórios que integram o complexo.

A Companhia conta ainda com uma ampla estrutura de vendas e distribuição com abrangência nacional. Seus produtos são distribuídos em todo o território brasileiro, diretamente a varejistas ou indiretamente, via distribuidores e atacadistas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de março de 2020.

a. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

b. *Operações descontinuadas*

As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados, descontinuados ou classificados como mantido para venda são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia:

- i) Demonstração do resultado – As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no período corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em período anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica “Resultado de Operações Descontinuadas”, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.
- ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial.

O detalhamento das referidas operações descontinuadas está descrito na Nota 15.

c. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia e suas controladas

No exercício de 2019 a Companhia e suas controladas efetuaram alterações em políticas contábeis de novas normas:

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 / IFRS 16 Leases (Arrendamento Mercantil), a partir de 1º de janeiro de 2019, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2019). Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos do CPC 06 (IFRS 16) ao período comparativo apresentado.

A aplicação dos requerimentos do CPC 06 / IFRS 16 Leases (Arrendamento Mercantil) resultaram na constituição de ativos de direito de uso no valor de R\$ 50.583, de passivos de arrendamento de R\$ 55.955 e um ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados de R\$ 3.546 em 1º de janeiro de 2019.

Os valores do passivo de arrendamento estão apresentados pelo fluxo de pagamentos descontados a valor presente pela taxa incremental dos contratos de empréstimos. A taxa média de desconto na adoção inicial foi 10,24% a.a.

IFRIC 23/ICPC 22 – Incertezas em relação a tratamentos tributários

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

d. Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas

Contabilidade de hedge

A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Em relação especificamente à *hedge accounting*, a Companhia ainda não adotou a nova regra do IFRS 9. Como faculta a norma, decidiu não adotar a prática contábil de *hedge accounting* para as operações em aberto em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas utilizam contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira.

Com a adoção da IFRS 9, a Companhia e suas controladas poderão optar para contabilizar mudanças no valor justo. Nesse caso, essas mudanças seriam reconhecidas em ORA e acumuladas em uma reserva de custo de hedge como um componente separado dentro do patrimônio líquido e contabilizadas posteriormente da mesma forma que os ganhos e perdas acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa.

De acordo com a IAS 39, para todos os hedges de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de hedge de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de hedge afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 16). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia não possui investimentos em coligadas, porém, possui investimento em *Joint Venture* que é avaliado pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 19/IFRS 11.

Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos).

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas em que a Companhia detém investimento são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais – R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, todas localizadas no Brasil.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.6. Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e determinados outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Essa categoria é composta pelas transações de hedge que visam a cobertura dos riscos relacionados a fluxo de caixa, a variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos.

2.6.1 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.2 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Hedges de valor justo

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro.

Hedges de fluxos de Caixa

Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva.

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de

conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas e, no consolidado, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques.

2.10. Intangíveis

a. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Intangível” no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição.

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável.

Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado.

Esses ativos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com média estimável, conforme abaixo:

	Anos
Direito de uso de marcas e licenças	4,9
Licenças de funcionamento	2,5

c. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil média estimável de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d. Pesquisas e desenvolvimento de produtos

Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se Companhia

tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil, cuja média estimada é de 14,1 anos.

2.11. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média abaixo:

	Anos
Edificações	23,5
Máquinas e equipamentos	16,3
Veículos	8,6
Móveis e utensílios	18,8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras despesas/receitas operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

2.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma

perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC) – na prática, existe uma única UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.13. Ativos e passivos mantidos para venda

Os ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregados e propriedade para investimentos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado, na conta de operações descontinuadas.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

2.14. Propriedade para investimentos

A propriedade para investimentos é mensurada pelo método do custo.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme média abaixo:

	Anos
Edificações	50,0
Máquinas e equipamentos	30,5
Outros	5,8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

2.15. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Cessão de crédito por fornecedores

Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de “cessão de crédito”, haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor.

2.17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18. Provisões e demais passivos, exceto empréstimos, financiamentos e debêntures

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação de valores ou prazos incertos. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25 e também as garantias contratuais das aquisições de empresas.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros são contabilizados aos seus valores presentes conforme CPC 12.

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas. (Nota 25)

2.19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar

a. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para

contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

b. *Demais tributos a recuperar*

São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais.

2.20. Benefícios a empregados

a. *Remuneração com base em ações*

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas.

b. *Participação nos lucros*

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

c. *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.21. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Ações em tesouraria

A compra de ações do capital da própria Companhia tem o seu valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos efeitos tributários), deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. Os ganhos ou perdas resultantes das transações são apresentados

como reserva de capital.

2.22. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício se objetiva compensar.

A Companhia tem incentivo fiscal no ICMS, concedido pelo governo do Estado de Goiás na forma de Crédito Outorgado. Com fundamento no Termo de Acordo de Regime Especial, celebrado com a Secretaria do Estado da Fazenda de Goiás, este crédito outorgado é utilizado para dedução do ICMS a pagar.

Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício na rubrica “deduções de vendas”, sendo o crédito efetuado mensalmente de acordo com a emissão de notas fiscais tributadas pelo ICMS.

Estes benefícios, por ocasião do encerramento do exercício, são destinados para a Reserva de subvenção governamental.

A Companhia considera as condições e obrigações que precisa cumprir.

2.23. Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, no consolidado líquido das eliminações das vendas entre empresas controladas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador.

2.24. Arrendamentos

No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra o ativo do direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	Anos
Edificações	4,1
Veículos	3,0

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

2.25. Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Resultado por ação).

O lucro diluído por ação é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas potenciais ações ordinárias dilutivas.

2.26. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Além disso, dividendos podem ser pagos com utilização do lucro auferido com base nas informações trimestrais da Companhia. Estes dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos. Adicionalmente o Conselho de Administração poderá decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, calculado nos termos da legislação aplicável, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório.

2.27. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios estão contempladas abaixo.

a. *Perda (impairment) estimada em ativos não financeiros*

A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 28), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 18 e 19).

b. *Vida útil de marcas e ativos imobilizados*

Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização.

A revisão da vida útil do imobilizado é feita anualmente a partir de laudo preparado internamente por especialistas da Companhia. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada. (Nota 18).

c. *Reconhecimento, mensuração e realização de créditos tributários*

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia tem tributos a recuperar e ganho decorrentes de ação transitada em julgado, autorizando a recuperação do PIS e da COFINS incidente sobre o ICMS incluindo nas notas de faturamento.

O valor dos créditos tributários, calculados segundo a sentença pelo valor das notas fiscais, leva em consideração diversas estimativas envolvendo o momento do reconhecimento contábil, aspectos para adequada e confiável mensuração e as alternativas disponíveis para a sua realização. Em relação ao assunto ainda, o Supremo Tribunal Federal julgará Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em face de decisões favoráveis aos contribuintes, e poderá indicar a forma de apuração do valor a ser redistribuído (se pelo bruto ou pelo líquido) e a eventual modulação dos efeitos da decisão da inconstitucionalidade julgada.

d. *Contingências passivas*

A nota 26 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da

administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas.

4 Gestão do risco financeiro

a. *Fatores de risco financeiro*

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda, de valor justo, de taxa de juros, de fluxo de caixa, de preço, de crédito e de liquidez.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, que proíbe negociações especulativas e venda a descoberto, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos.

b. *Risco cambial*

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	2019			Controladora 2018		
	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil
Passivo						
Fornecedores	44	-	177	60	-	232
Cessão de crédito por fornecedores	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	20.964	94.487	-	20.401	90.761
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	-	(20.090)	(90.549)	-	(20.090)	(89.378)
Contas a pagar	4	-	10	489	-	1.900
Exposição líquida	48	874	4.125	549	311	3.515

	Consolidado					
	2019			2018		
	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil
Passivo						
Fornecedores	20.206	-	81.326	11.945	-	46.377
Cessão de crédito por fornecedores	30.615	-	123.223	40.967	-	159.063
Empréstimos e financiamentos	-	20.964	94.487	-	20.401	90.761
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	(62.912)	(20.090)	(343.765)	(50.055)	(20.090)	(283.727)
Contas a pagar	158	292	1.989	489	-	1.900
Exposição líquida	(11.933)	1.166	(42.740)	3.346	311	14.374

c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos, debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos.

No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TJLP e TR:

	2019	
	Controladora	Consolidado
Empréstimo financiamentos e Swaps CDI	103.372	103.372
Financiamento TJLP	326.932	326.932
Financiamento TR	40.710	130.512
Debêntures CDI	797.336	797.336
Títulos a pagar CDI	7.802	7.802
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)	(2.106.872)	(2.233.113)
Exposição líquida	(830.720)	(867.159)

d. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros).

e. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do

vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Alguns valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.

Controladora

	2019				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	46.515	56.375	662.246	340.585	1.105.721
Empréstimos e financiamentos	38.714	150.084	169.064	61.787	419.649
Títulos a pagar	7.802	-	-	-	7.802
Fornecedores	344.357	-	-	-	344.357
Cessão de créditos por fornecedores	291	-	-	-	291
Contas a pagar	88.310	19.836	-	-	108.146
Instrumentos financeiros derivativos	-	(4.179)	-	-	(4.179)
	<u>525.989</u>	<u>222.116</u>	<u>831.310</u>	<u>402.372</u>	<u>1.981.787</u>

	2018				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	74.597	70.322	292.842	61.280	499.041
Títulos a pagar	18.070	-	-	-	18.070
Fornecedores	416.478	-	-	-	416.478
Cessão de créditos por fornecedores	1.349	-	-	-	1.349
Contas a pagar	113.485	1.607	-	-	115.092
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(4.792)	-	(4.792)
	<u>623.979</u>	<u>71.929</u>	<u>288.050</u>	<u>61.280</u>	<u>1.045.238</u>

Consolidado

	2019				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	46.515	56.375	662.246	340.585	1.105.721
Empréstimos e financiamentos	87.126	177.513	235.841	96.850	597.330
Títulos a pagar	7.802	-	-	-	7.802
Fornecedores	333.829	-	-	-	333.829
Cessão de créditos por fornecedores	124.019	-	-	-	124.019
Contas a pagar	140.768	24.783	-	-	165.551
Instrumentos financeiros derivativos	2.522	(4.179)	-	-	(1.657)
	<u>742.581</u>	<u>254.492</u>	<u>898.087</u>	<u>437.435</u>	<u>2.332.595</u>

	2018				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	103.440	98.441	369.395	113.995	685.271
Títulos a pagar	18.070	-	-	-	18.070
Fornecedores	198.119	-	-	-	198.119
Cessão de créditos por fornecedores	161.200	-	-	-	161.200
Contas a pagar	160.446	1.602	-	-	162.048
Instrumentos financeiros derivativos	(5.018)	-	(4.792)	-	(9.810)
	<u>636.257</u>	<u>100.043</u>	<u>364.603</u>	<u>113.995</u>	<u>1.214.898</u>

f. Derivativos

No ano de 2019 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos de termo de moeda (Dólar x Real) e Swap Cambial.

As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise

de sensibilidade na letra (h) a seguir).

Em 31 de dezembro de 2019, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 343.765 (Em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 283.727) no consolidado e R\$ 90.549 (Em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 89.378) na controladora. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R\$ 9.988 (Em 31 de dezembro de 2018 ganhos de R\$ 485) no consolidado e perdas no valor de R\$ 7.577 (Em 31 de dezembro de 2018 perdas de R\$ 4.480) na controladora.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Controladora

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
(em R\$ milhares)		dez/19	dez/18	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Moeda Estrangeira							
Contratos a termo		-	-	-	-	-	143
Posição comprada	BofA, Bradesco, Morgan Stanley	-	-	-	-	-	139
Posição vendida		-	-	-	-	-	4
Contratos de Swap		90.549	89.378	(7.577)	(4.480)	-	3.610
Posição comprada	Itaú	90.549	89.378	(7.577)	(4.480)	-	3.610
Posição vendida		-	-	-	-	-	-
Subtotal		90.549	89.378	(7.577)	(4.480)	-	3.753
Taxa de Juros							
Contratos de Swap		-	-	-	-	-	989
Posição Ativa-Pré	Santander	-	-	-	-	-	989
Total		90.549	89.378	(7.577)	(4.480)	-	4.742

Consolidado

		Valor de Referência (nacional)		Valor Justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
Tipo	Contrapartes						
(em R\$ milhares)							
		dez/19	dez/18	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
<u>Moeda Estrangeira</u>							
Contratos a termo		253.216	194.349	(2.411)	4.965	12.435	17.289
Posição comprada	BR Partners, Bradesco, Citibank, Itaú, BOFA, Original, Safra, Santander, MUFG, Votorantim	261.889	205.741	(2.513)	4.916	12.409	17.209
Posição vendida	Santander, BR Partners	(8.673)	(11.392)	102	49	26	80
<u>Contratos de Swap</u>		90.549	89.378	(7.577)	(4.480)	-	3.610
Posição comprada	Itaú	90.549	89.378	(7.577)	(4.480)	-	3.610
Posição vendida		-	-	-	-	-	-
Subtotal		343.765	283.727	(9.988)	485	12.435	20.899
<u>Taxa de Juros</u>							
Contratos de Swap		-	-	-	-	-	989
Posição Ativa-Pré	Santander	-	-	-	-	-	989
Total		343.765	283.727	(9.988)	485	12.435	21.888

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

- (i) Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&FBOVESPA.
- (ii) Swaps – são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data base, conforme informado pela BM&FBOVESPA.

h. Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos que descrevem os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, considerando 12% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras trimestrais contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

Controladora						
Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
(em R\$ milhares)			25% de oscilação		50% de oscilação	
	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
Cotação do dólar	3,551	4,499	3,019	5,031	2,013	6,037
Moeda Estrangeira						
Hedge econômico	(10.656)	10.656	(22.637)	22.637	(45.275)	45.275
Contratos a termo						
Swap	(10.656)	10.656	(22.637)	22.637	(45.275)	45.275
Objeto do hedge econômico	10.656	(10.656)	22.637	(22.637)	45.275	(45.275)
Empréstimos e Financiamentos e						
Títulos a Pagar sujeitos à variação						
cambial de curto prazo	10.656	(10.656)	22.637	(22.637)	45.275	(45.275)
Efeito líquido	-	-	-	-	-	-

Consolidado						
Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
(em R\$ milhares)			25% de oscilação		50% de oscilação	
	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
Cotação do dólar	3,551	4,499	3,019	5,031	2,013	6,037
Moeda Estrangeira						
Hedge econômico	(40.169)	40.169	(85.334)	85.334	(170.669)	170.669
Contratos a termo	(29.513)	29.513	(62.697)	62.697	(125.394)	125.394
Swap	(10.656)	10.656	(22.637)	22.637	(45.275)	45.275
Objeto do hedge econômico	38.560	(38.560)	81.916	(81.916)	163.833	(163.833)
Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos à variação cambial de curto prazo	38.560	(38.560)	81.916	(81.916)	163.833	(163.833)
Efeito líquido	(1.609)	1.609	(3.418)	3.418	(6.836)	6.836

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos empréstimos, financiamentos, debêntures, e títulos a pagar projetado para o primeiro trimestre de 2020.

Controladora

Cenários de variação	Cenário provável*	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	(611)	1.284	2.569
Financiamentos TJLP	-	4.553	9.105
Debênture CDI	(4.709)	9.907	19.814
Empréstimo TR	4	-	-
Títulos a pagar CDI	(46)	97	194
Aplicações financeiras	12.444	(26.178)	(52.356)
Total do efeito perda (ganho)	7.082	(10.337)	(20.674)

Consolidado

Cenários de variação	Cenário provável*	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	(611)	1.284	2.569
Financiamentos TJLP	-	4.553	9.105
Debênture CDI	(4.709)	9.907	19.814
Empréstimo TR	13	-	-
Títulos a pagar CDI	(46)	97	194
Aplicações financeiras	13.190	(27.746)	(55.493)
Total do efeito perda (ganho)	7.837	(11.905)	(23.811)

* Premissas cenário provável

CDI previsto 4,35% a.a.

TR previsto de 0,01% a.a.

TJLP prevista de 5,57% a.a.

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 22)	1.282.052	426.955	1.402.605	564.309
Total de títulos a pagar	7.802	18.070	7.802	18.070
Perda (ganho) com <i>hedge</i> financeiro	7.577	4.480	7.577	4.480
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(2.117.668)	(1.578.684)	(2.246.436)	(1.646.869)
Caixa e equivalente de caixa líquido	(820.237)	(1.129.179)	(828.452)	(1.060.010)
Total do patrimônio líquido	8.710.100	8.267.673	8.710.100	8.267.673
Patrimônio líquido ajustado	7.889.863	7.138.494	7.881.648	7.207.663
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (*)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

(*) Não aplicável, pois o montante de caixa e equivalentes de caixa é superior a dívida líquida demonstrado acima.

6 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 22 b).

A Companhia aplica o CPC 40 (R1)/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo

mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019, bem como os instrumentos financeiros não mensurados a valor justo mas cuja divulgação do valor justo é requerida.

	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Total do ativo	-	-	-
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.577	7.577
Total do passivo	-	7.577	7.577

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.409	1.409
Total do ativo	-	1.409	1.409
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.397	11.397
Total do passivo	-	11.397	11.397

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018, bem como os instrumentos financeiros não mensurados a valor justo mas cuja divulgação do valor justo é requerida.

	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Total do ativo	-	-	-
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.480	4.480
Total do passivo	-	4.480	4.480
	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.292	7.292
Total do ativo	-	7.292	7.292
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.807	6.807
Total do passivo	-	6.807	6.807

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

7 Contabilidade de cobertura (*Hedge Accounting*)

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

De acordo com as características do *hedge*, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39).

Como faculta a norma, especificamente para o *hedge accounting*, a Companhia ainda não adotou a nova regra do CPC 48 (IFRS9). Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge*; A Companhia faz as avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% a 125%.

Hedges de valor justo

Atualmente a Companhia adota o hedge de valor justo para algumas de suas operações, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge são contabilizados pelo valor justo contra resultado. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Controladora					
2019					
Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado
Empréstimo – 4131*	EUR + spread	Valor justo	90.549	94.487	(151)
	EUR + Spread				
Swap – 4131*	vs. % CDI	Valor justo	90.549	(7.577)	-

* Vencimento em Ago/21.

Controladora					
2018					
Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado
Empréstimo - 4131	EUR + spread	Valor justo	89.378	90.761	(171)
	EUR + Spread				
Swap - 4131	vs. % CDI	Valor justo	89.378	(4.480)	-

* Vencimento em Ago/21.

Consolidado					
2019					
Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado
Empréstimo – 4131*	EUR + spread	Valor justo	90.549	94.487	(151)
	EUR + Spread				
Swap – 4131*	vs. % CDI	Valor justo	90.549	(7.577)	-

* Vencimento em Ago/21.

					Consolidado
					2018
Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado
Empréstimo - 4131	EUR + spread	Valor justo	89.378	90.761	(171)
Swap - 4131	EUR + Spread				
	vs. % CDI	Valor justo	89.378	(4.480)	-
* Vencimento em Ago/21.					

A operação de Hedge de fluxos de valor justo vigente manteve a Razão de Hedge 1:1 com taxa média ponderada de BRL/EUR 4,7287.

Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os objetos de hedge anteriormente reconhecidos pelo valor justo voltam a ser registrados pelo custo amortizado.

Hedges de fluxos de caixa

A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa para as operações relacionadas a maioria das operações de fornecedores. Ganhos/perdas relacionados a parcela efetiva do hedge são reconhecidos no Patrimônio líquido/Outros resultados abrangentes.

Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

					Controladora
					2019
Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado abrangente
Fornecedores	USD	Fluxo de caixa	-	-	-
NDF	USD vs BRL	Fluxo de caixa	-	-	-

					Controladora
					2018
Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado abrangente
Fornecedores	USD	Fluxo de caixa	-	-	-
NDF	USD vs BRL	Fluxo de caixa	-	-	-

					Consolidado
					2019
Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado abrangente
Fornecedores	USD	Fluxo de caixa	169.188	(169.188)	-
NDF					
Fornecedores*	USD vs BRL	Fluxo de caixa	169.188	(1.981)	(26)
NDF Compras*	USD vs BRL	Fluxo de caixa	76.473	(97)	(450)

* Vencimentos em até 1 ano.

Consolidado					
2018					
Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado abrangente
Fornecedores NDF	USD	Fluxo de caixa	177.804	(177.804)	-
Fornecedores*	USD vs BRL	Fluxo de caixa	177.804	5.259	(202)
NDF Compras*	USD vs BRL	Fluxo de caixa	7.756	497	497

* Vencimentos em até 1 ano.

As operações de Hedges de fluxo de caixa vigentes mantiveram a Razão de Hedge 1:1 com Taxa Média Ponderada de BRL/USD 4,1069 para NDFs de Fornecedores e BRL/USD 4,0427 para NDFs de Compras Futuras.

O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro – Risco de Liquidez (Nota 4(e)).

Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8 Instrumentos financeiros por categoria

Controladora

	2019					
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Contas a receber de clientes (Nota 11)	1.313.767	-	-	-	-	1.313.767
Aplicações financeiras (Nota 10)	2.106.872	-	-	-	-	2.106.872
Caixa e bancos (Nota 10)	10.796	-	-	-	-	10.796
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Outros ativos (Nota 14)	193.471	-	-	-	-	193.471
	3.624.906	-	-	-	-	3.624.906

	2019					
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	-	-	1.282.052	-	-	1.282.052
Fornecedores (Nota 20)	-	-	344.357	-	-	344.357
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	-	291	-	-	291
Contas a pagar	-	-	87.658	-	-	87.658
Títulos a pagar	-	-	7.802	-	-	7.802
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.577	-	-	-	7.577
	-	7.577	1.722.160			1.729.737

Hypera S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

	2018				
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial					Total
Contas a receber de clientes (Nota 11)	1.460.045	-	-	-	1.460.045
Aplicações financeiras (Nota 10)	1.565.258	-	-	-	1.565.258
Caixa e bancos (Nota 10)	13.426	-	-	-	13.426
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos (Nota 14)	182.041	-	-	-	182.041
	<u>3.220.770</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.220.770</u>

	2018				
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa
Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial					Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 22)	-	-	426.955	-	426.955
Fornecedores (Nota 20)	-	-	416.478	-	416.478
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	-	1.349	-	1.349
Contas a pagar	-	-	76.899	-	76.899
Títulos a pagar	-	-	18.070	-	18.070
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.480	-	-	4.480
	<u>-</u>	<u>4.480</u>	<u>939.751</u>	<u>-</u>	<u>944.231</u>

Consolidado

	2019				
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial					Total
Contas a receber de clientes (Nota 11)	1.313.671	-	-	-	1.313.671
Aplicações financeiras (Nota 10)	2.233.113	-	-	-	2.233.113
Caixa e bancos (Nota 10)	13.323	-	-	-	13.323
Instrumentos financeiros derivativos	-	(97)	325	-	1.409
Outros ativos (Nota 14)	233.582	-	-	-	233.582
	<u>3.793.689</u>	<u>(97)</u>	<u>325</u>	<u>0</u>	<u>3.795.098</u>

	2019				
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa
Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial					Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	-	-	1.402.605	-	1.402.605
Fornecedores (Nota 20)	-	-	333.829	-	333.829
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	-	124.019	-	124.019
Contas a pagar	-	-	134.194	-	134.194
Títulos a pagar	-	-	7.802	-	7.802
Instrumentos financeiros derivativos	-	8.235	-	-	3.162
	<u>-</u>	<u>8.235</u>	<u>2.002.449</u>	<u>-</u>	<u>2.013.846</u>

						2018
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Contas a receber de clientes (Nota 11)	1.457.265	-	-	-	-	1.457.265
Aplicações financeiras (Nota 10)	1.632.296	-	-	-	-	1.632.296
Caixa e bancos (Nota 10)	14.573	-	-	-	-	14.573
Instrumentos financeiros derivativos	-	498	127	-	6.667	7.292
Depósitos judiciais (Nota 14)	141.046	-	-	-	-	141.046
Outros ativos (Nota 14)	225.493	-	-	-	-	225.493
	<u>3.470.673</u>	<u>498</u>	<u>127</u>	<u>-</u>	<u>6.667</u>	<u>3.477.965</u>

						2018
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Empréstimos e financiamentos (Nota 22)	-	-	564.309	-	-	564.309
Fornecedores (Nota 20)	-	-	198.119	-	-	198.119
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	-	161.200	-	-	161.200
Contas a pagar	-	-	114.589	-	-	114.589
Títulos a pagar	-	-	18.070	-	-	18.070
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.399	-	-	1.408	6.807
	<u>-</u>	<u>5.399</u>	<u>1.056.287</u>	<u>-</u>	<u>1.408</u>	<u>1.063.094</u>

9 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa) pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Conta corrente e aplicações financeiras (*)				
AAA	2.117.663	1.534.450	2.246.430	1.602.631
AA+	-	44.219	-	44.219
A-	4	-	4	-
	<u>2.117.667</u>	<u>1.578.669</u>	<u>2.246.434</u>	<u>1.646.850</u>

O saldo residual do item “caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros derivativos				
AAA	-	-	1.316	6.743
A-	-	-	93	549
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.409</u>	<u>7.292</u>

(*) Fonte: Agências de risco Moody's, Standard & Poor's e Fitch, em escala local, quando disponível, caso contrário em escala global.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Contas a receber de clientes - A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, histórico de pagamentos, informações públicas e de instituições de análise de crédito (Serasa, CISP e Credinfar). Os limites de riscos individuais são determinados com base em monitoramento internos e regulares.

Parte significativa das vendas da Companhia é realizada para grandes redes varejistas e distribuidores pulverizados no território nacional o que mitiga o risco de crédito consolidado da Companhia. Adicionalmente, a área de análise de crédito utiliza os controles anteriormente referidos para acompanhamento e avaliação constantes da carteira da Companhia. Vide detalhes sobre a análise de vencimentos na Nota 11.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	10.796	13.426	13.323	14.573
Aplicações financeiras:				
Operações compromissadas	310.230	260.800	363.372	291.929
CDBs	1.796.642	1.304.458	1.869.741	1.340.367
	2.106.872	1.565.258	2.233.113	1.632.296
	2.117.668	1.578.684	2.246.436	1.646.869

As aplicações financeiras têm rendimento entre 97,0% e 100,6% (em 31 de dezembro de 2018 entre 94,0% e 102,0%) da variação do CDI com média ponderada de 99,4% (em 31 de dezembro de 2018 – 99,0%).

11 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Clientes no país	1.375.127	1.520.546	1.377.891	1.523.966
Clientes partes relacionadas (Nota 31)	-	3.321	-	-
Perda de crédito esperada	(61.360)	(63.822)	(64.220)	(66.701)
	1.313.767	1.460.045	1.313.671	1.457.265

Os valores de contas a receber que encontram-se vencidos, mas não *impaired*, referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Até três meses	14.993	522	14.882	516
De três a seis meses	4.468	888	4.468	874
Acima de seis meses	3.027	516	3.028	516
	22.488	1.926	22.378	1.906

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados na conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém determinados títulos oferecidos como garantia, conforme descrito na Nota 22 (a).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está assim representada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31/12/2018	(63.822)	(66.701)
(Adições)/Reversões, líquidas	3.557	3.572
Baixas	(1.095)	(1.091)
Saldos em 31/12/2019	<u>(61.360)</u>	<u>(64.220)</u>

12 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Produto acabado e revenda	144.916	175.180	181.361	222.243
Produto semiacabado	-	47	31.094	36.596
Matéria-prima	-	5	451.944	323.059
Manutenção e suprimentos	112	26	70.717	67.036
Provisão para perdas	(36.141)	(28.532)	(70.473)	(52.251)
	<u>108.887</u>	<u>146.726</u>	<u>664.643</u>	<u>596.683</u>

A tabela abaixo apresenta a movimentação da provisão:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2018	(28.532)	(52.251)
Adições do período (a)	(48.760)	(90.753)
Baixas do período (b)	41.151	72.531
Saldo em 31/12/2019	<u>(36.141)</u>	<u>(70.473)</u>

- (a) Referem-se à constituição de provisão para perdas por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia.
- (b) Compostas, substancialmente, pelas baixas e reversões dos produtos descartados pela Companhia e por suas controladas.

13 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS/COFINS/IPI e outros	761.110	166.027	788.525	183.597
ICMS	79.355	75.673	141.221	129.638
IRPJ e CSLL a recuperar	18.222	64.679	33.263	83.489
	<u>858.687</u>	<u>306.379</u>	<u>963.009</u>	<u>396.724</u>
Circulante	236.278	284.422	300.826	338.166
Não circulante	<u>622.409</u>	<u>21.957</u>	<u>662.183</u>	<u>58.558</u>

Transitaram em julgado ações da Controladora autorizando a recuperação do PIS e da COFINS indevidamente incidente no ICMS incluído nas notas de faturamento.

14 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas antecipadas (a)	141.039	149.530	152.198	162.827
Títulos a receber (b)	70.817	67.988	82.808	84.447
Depósitos judiciais (c)	121.932	113.599	150.774	141.046
Adiantamentos	21.479	20.837	36.917	34.659
Partes relacionadas (Nota 31)	722	454	-	-
Outros	5.133	7.013	5.263	7.465
	<u>361.122</u>	<u>359.421</u>	<u>427.960</u>	<u>430.444</u>
Circulante	176.852	183.891	206.966	214.811
Não circulante	<u>184.270</u>	<u>175.530</u>	<u>220.994</u>	<u>215.633</u>

- (a) referem-se substancialmente aos pagamentos antecipados de Propaganda e Publicidade.
(b) referem-se substancialmente aos montantes pagos de contingências de ex-proprietários, a serem reembolsados.
(c) referem-se aos depósitos de garantia de contingências passivas (Nota 26).

15 Operações descontinuadas

a) Análise do resultado das operações descontinuadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas líquidas de vendas	-	-	-	-
Custos dos produtos vendidos	-	-	-	-
Lucro bruto	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
(Despesas)/Receitas	<u>(37.594)</u>	<u>(17.540)</u>	<u>(37.480)</u>	<u>(4.945)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	<u>(37.594)</u>	<u>(17.540)</u>	<u>(37.480)</u>	<u>(4.945)</u>
Despesas financeiras	-	(62)	-	(62)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(37.594)</u>	<u>(17.602)</u>	<u>(37.480)</u>	<u>(5.007)</u>
Imposto de renda e contribuição social	12.649	11.804	12.535	(791)
Resultado líquido do exercício	<u>(24.945)</u>	<u>(5.798)</u>	<u>(24.945)</u>	<u>(5.798)</u>

b) Análise Fluxo de caixa utilizados em operações Descontinuadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(27.124)	(33.204)	(27.786)	(33.113)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	1.354	(20.921)	6.706	(2.859)
Caixa líquido utilizados em operações descontinuadas	(25.770)	(54.125)	(21.080)	(35.972)

16 Investimentos

Os investimentos continuados mantidos pela Companhia podem ser abaixo apresentados:

Empresa	Data da Constituição	País	Negócio	Participações nas ações/quotas	Tipo de participações
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	17/12/2008	Brasil	Adoçantes/Farma	100%	Direta
My Agência de Propaganda Ltda.	29/11/1999	Brasil	Agência de publicidade	100%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	80,43%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	19,57%	Indireta
Bionovis S.A.	15/07/2010	Brasil	Biotecnologia	25%	Direta
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A.	15/09/1966	Brasil	Farma	100%	Indireta
Mantecorp Participações S.A.	28/09/2016	Brasil	Farma	100%	Direta

a. Movimentação dos investimentos da Controladora

	Brainfarma	Cosmed	My	Bionovis	Outros investimentos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	825.335	544.629	3.895	6.186	564	1.380.045
Aumento de capital	88.900	-	6.120	-	-	95.020
Equivalência patrimonial	44.692	31.103	(1.202)	5.376	-	79.969
Parcela de equivalência descontinuada no investimento	(5.561)	20.351	-	-	-	14.790
Stock Option	1.169	2	34	-	-	1.205
Ajuste de avaliação patrimonial	350	47	39	-	-	436
Dividendos a receber	(6.759)	(59.119)	-	-	-	(65.878)
Outras participações	-	-	-	-	(195)	(195)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	948.126	537.013	8.886	11.562	369	1.505.956
Aumento de capital	221.100	31.100	-	-	-	252.200
Equivalência patrimonial	(44.134)	23.771	814	9.639	-	(9.910)
Parcela de equivalência descontinuada no investimento	1.217	(3.421)	-	-	-	(2.204)
Stock Option	(721)	1.638	26	-	-	943
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.239)	570	(2)	-	-	(671)
Dividendos a receber	-	(4.665)	-	(2.260)	-	(6.925)
Outras participações	-	-	-	-	(187)	(187)
Operações de arrendamentos mercantis	(713)	(222)	(4)	-	-	(939)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.123.636	585.784	9.720	18.941	182	1.738.263

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas, como também no total de seus ativos e passivos:

2019	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (Prejuízo)	Lucro (Prejuízo) ajustado (*)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	2.047.673	652.445	1.308.081	(67.118)	(44.134)
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	789.764	190.147	332.741	21.073	23.771
My Agência de Propaganda Ltda.	11.680	1.526	4.560	647	814
2018	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (Prejuízo)	Lucro (Prejuízo) ajustado (*)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	1.835.347	593.520	1.283.074	34.517	44.692
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	699.456	148.097	289.406	57.515	31.103
My Agência de Propaganda Ltda.	9.435	550	4.560	(1.202)	(1.202)

(*) Refere-se ao lucro (prejuízo) do exercício, ajustado pelas operações entre a investidora e suas investidas.

b. Equivalência patrimonial da Controladora

	Quantidade de ações e quotas	Patrimônio Líquido ajustado em 31 de dezembro de 2019	Participação %	Equivalência patrimonial em 31 dezembro de 2019	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2019	Equivalência patrimonial em 31 dezembro de 2018	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2018
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.608.848.478	585.784	100%	23.771	585.784	31.103	537.013
My Agência de Propaganda Ltda.	20.130.000	9.720	100%	814	9.720	(1.202)	8.886
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	474.325.386	1.123.636	100%	(44.134)	1.123.636	44.692	948.126
Bionovis S.A.	6.000.000	69.375	25%	9.639	18.941	5.376	11.562
				<u>(9.910)</u>	<u>1.738.081</u>	<u>79.969</u>	<u>1.505.587</u>

17 Propriedades para investimentos

Refere-se aos imóveis locados, sendo um imóvel utilizado como centro de distribuição locado a terceiros e um imóvel utilizado pela Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (fábrica de adoçantes), conforme laudo técnico realizado por empresa independente, o valor justo total dos imóveis é de R\$ 255.000.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2018	<u>164.823</u>	<u>156.726</u>
Adições	1.579	1.579
Reclassificação de imobilizado	(74)	(74)
Depreciação	<u>(4.158)</u>	<u>(3.968)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>162.170</u>	<u>154.263</u>
Custo total	184.046	174.440
Depreciação acumulada	<u>(21.876)</u>	<u>(20.177)</u>
Valor contábil	<u>162.170</u>	<u>154.263</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	<u>162.170</u>	<u>154.263</u>
Adições	8	8
Baixa	(26)	(26)
Depreciação	<u>(4.197)</u>	<u>(4.005)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>157.955</u>	<u>150.240</u>
Custo total	184.021	174.415
Depreciação acumulada	<u>(26.066)</u>	<u>(24.175)</u>
Valor contábil	<u>157.955</u>	<u>150.240</u>

18 Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento	Imobiliza do total
Ativos próprios									
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.303	30.281	33.303	281	8.425	10.488	85.081	178	85.259
Adições	5.058	-	6.282	-	1.848	-	13.188	2.429	15.617
Baixa	(270)	(5.082)	(1.390)	-	(7)	(8)	(6.757)	-	(6.757)
Depreciação	-	(2.497)	(4.950)	(101)	(639)	(1.009)	(9.196)	-	(9.196)
Transferência	-	-	733	-	(2)	-	731	(731)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.091	22.702	33.978	180	9.625	9.471	83.047	1.876	84.923
Adições	-	262	4.649	-	862	20	5.793	10.166	15.959
Baixa	-	-	(55)	-	-	-	(55)	-	(55)
Depreciação	-	(199)	(5.376)	(42)	(712)	(1.082)	(7.411)	-	(7.411)
Transferência	-	225	5.520	2	(387)	1.137	6.497	(6.497)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.091	22.990	38.716	140	9.388	9.546	87.871	5.545	93.416
Ativos de direito de uso - arrendamentos									
Saldos em 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial CPC 06 / IFRS 16	-	15.606	-	29.732	-	-	45.338	-	45.338
Adições	-	10.470	-	9.042	-	-	19.512	-	19.512
Baixa	-	(2.542)	-	(1.169)	-	-	(3.711)	-	(3.711)
Amortização	-	(5.864)	-	(19.624)	-	-	(25.488)	-	(25.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	17.670	-	17.981	-	-	35.651	-	35.651
Total dos Custos de Ativos próprios e Ativos de direito de uso - arrendamentos	7.091	85.753	81.632	61.243	14.396	16.579	266.694	5.545	272.239
Total das Depreciações acumuladas	-	(45.093)	(42.916)	(43.122)	(5.008)	(7.033)	(143.172)	-	(143.172)
Valor contábil	7.091	40.660	38.716	18.121	9.388	9.546	123.522	5.545	129.067

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento (*)	Imobilizado total
Ativos próprios									
Saldos em 1º de janeiro de 2018	16.060	273.431	504.007	431	20.927	20.547	835.403	71.367	906.770
Adições	5.059	14	50.530	-	3.759	729	60.091	68.437	128.528
Baixa	(270)	(5.082)	(8.574)	(12)	(16)	(9)	(13.963)	(8)	(13.971)
Depreciação	-	(11.522)	(41.131)	(133)	(1.889)	(3.398)	(58.073)	-	(58.073)
Transferência	-	29.005	59.693	-	696	349	89.743	(89.091)	652
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.849	285.846	564.525	286	23.477	18.218	913.201	50.705	963.906
Adições	-	263	73.377	18	2.122	1.788	77.568	144.427	221.995
Baixa	-	(84)	(684)	-	-	(1)	(769)	(6)	(775)
Depreciação	-	(9.925)	(41.579)	(68)	(1.930)	(3.463)	(56.965)	-	(56.965)
Transferência	-	1.148	73.395	5	(1.120)	1.699	75.127	(75.127)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.849	277.248	669.034	241	22.549	18.241	1.008.162	119.999	1.128.161
Ativos de direito de uso - arrendamentos									
Saldos em 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial CPC 06 / IFRS 16	-	17.526	-	33.058	-	-	50.584	-	50.584
Adições	-	10.799	-	9.352	-	-	20.151	-	20.151
Baixa	-	(2.550)	-	(1.629)	-	-	(4.179)	-	(4.179)
Amortização	-	(5.097)	-	(21.674)	-	-	(26.771)	-	(26.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	20.678	-	19.107	-	-	39.785	-	39.785
Total dos Custos de Ativos próprios e Ativos de direito de uso - arrendamentos	20.849	411.322	1.093.134	67.739	44.499	50.206	1.687.749	119.999	1.807.748
Total das Depreciações acumuladas	-	(113.396)	(424.100)	(48.391)	(21.950)	(31.965)	(639.802)	-	(639.802)
Valor contábil	20.849	297.926	669.034	19.348	22.549	18.241	1.047.947	119.999	1.167.946

(*) substancialmente aquisições para atualização do Parque Fabril de Anápolis-Go.

19 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ágios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas				
Mantecorp Indústria Química Farmacêutica S.A.	1.798.470	1.798.470	1.798.470	1.798.470
Luper Indústria Farmacêutica Ltda.	45.917	45.917	45.917	45.917
Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A.	967.154	967.154	967.154	967.154
DM Indústria Farmacêutica Ltda.	743.029	743.029	743.029	743.029
Farmasa - Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.	666.808	666.808	666.808	666.808
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	33.955	33.955	33.955	33.955
Finn Administradora de Marcas Ltda.	17.857	17.857	17.857	17.857
	<u>4.273.190</u>	<u>4.273.190</u>	<u>4.273.190</u>	<u>4.273.190</u>
Marcas e patentes	<u>337.222</u>	<u>340.529</u>	<u>337.525</u>	<u>340.832</u>
Direitos de uso e softwares	<u>16.531</u>	<u>13.208</u>	<u>37.702</u>	<u>46.044</u>
Desenvolvimento de produtos	<u>12.873</u>	<u>10.447</u>	<u>286.694</u>	<u>202.505</u>
	<u><u>4.639.816</u></u>	<u><u>4.637.374</u></u>	<u><u>4.935.111</u></u>	<u><u>4.862.531</u></u>

Os ágios são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e se baseiam, principalmente, em rentabilidade futura que está suportada por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês). Para as aquisições ocorridas a partir de 2009, foram efetuadas as alocações da contraprestação transferida para determinados ativos adquiridos nos negócios (estoques, imobilizado, marcas, dentre outros).

Movimentação dos saldos

Controladora

	Direito de uso e marcas	Direitos de uso e softwares	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	<u>343.837</u>	<u>12.468</u>	<u>9.715</u>	<u>4.273.190</u>	<u>4.639.210</u>
Adições	-	5.373	924	-	6.297
Baixa	-	(8)	-	-	(8)
Amortização	(3.308)	(4.625)	(192)	-	(8.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>340.529</u>	<u>13.208</u>	<u>10.447</u>	<u>4.273.190</u>	<u>4.637.374</u>
Custo total	360.620	83.734	11.019	4.273.190	4.728.563
Amortização acumulada	<u>(20.091)</u>	<u>(70.526)</u>	<u>(572)</u>	<u>-</u>	<u>(91.189)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	<u>340.529</u>	<u>13.208</u>	<u>10.447</u>	<u>4.273.190</u>	<u>4.637.374</u>
Adições	-	7.721	3.248	-	10.969
Baixa	-	(28)	(549)	-	(577)
Amortização	(3.307)	(4.370)	(273)	-	(7.950)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>337.222</u>	<u>16.531</u>	<u>12.873</u>	<u>4.273.190</u>	<u>4.639.816</u>
Custo total	360.620	90.244	13.719	4.273.190	4.737.773
Amortização acumulada	<u>(23.398)</u>	<u>(73.713)</u>	<u>(846)</u>	<u>-</u>	<u>(97.957)</u>
Valor contábil	<u>337.222</u>	<u>16.531</u>	<u>12.873</u>	<u>4.273.190</u>	<u>4.639.816</u>

Consolidado

	Direito de uso e marcas	Direitos de uso e softwares	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	344.138	46.328	138.658	4.273.190	4.802.314
Adições	-	10.988	85.982	-	96.970
Baixa	-	(8)	(6.868)	-	(6.876)
Amortização	(3.306)	(11.442)	(14.477)	-	(29.225)
Transferência	-	138	(790)	-	(652)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	340.832	46.004	202.505	4.273.190	4.862.531
Custo total	360.947	135.902	298.202	4.273.190	5.068.241
Amortização acumulada	(20.115)	(89.898)	(95.697)	-	(205.710)
Saldos em 1º de janeiro de 2019	340.832	46.004	202.505	4.273.190	4.862.531
Adições	-	9.266	111.568	-	120.834
Baixa	-	(48)	(13.981)	-	(14.029)
Amortização	(3.307)	(17.520)	(13.398)	-	(34.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	337.525	37.702	286.694	4.273.190	4.935.111
Custo total	360.947	143.979	395.825	4.273.190	5.173.941
Amortização acumulada	(23.422)	(106.277)	(109.131)	-	(238.830)
Valor contábil	337.525	37.702	286.694	4.273.190	4.935.111

Redução de valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida ou quando houver indícios de que o valor possa não ser recuperado. Esses ativos são representados, principalmente, pela parcela de ágio por expectativa de resultados futuros e marcas ou advindas de processos de combinação de negócios.

Para os ativos não financeiros de longa duração, que estão sujeitos a amortização, estes são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base em taxas de crescimento estimadas que não excedem a média da taxa de crescimento definida no período inicial de 5 anos.

As projeções foram efetuadas com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas médias ponderadas de crescimento utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios dos setores que a Companhia atua. As taxas de desconto antes dos impostos, foram reavaliadas através de cálculo iterativo com base no cálculo da taxa de desconto após impostos. Dessa forma, a taxa de desconto de 10,3% foi calculada através da metodologia Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês), que corresponde a uma taxa pré-tax de 11,98%. Em decorrência desses testes, nenhuma perda por impairment necessitou ser reconhecida.

Se a margem bruta usada no cálculo fosse 1 p.p. menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2019, e, da mesma forma, se a taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa

descontados fosse 1 p.p. maior que as estimativas da administração, ainda assim, não seriam registrados valores por impairment nesses itens.

A determinação de recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descritas anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores no país	17.946	13.720	252.503	151.742
Fornecedores no exterior	177	232	81.326	46.377
Fornecedores partes relacionadas (Nota 31(a))	326.234	402.526	-	-
	<u>344.357</u>	<u>416.478</u>	<u>333.829</u>	<u>198.119</u>

21 Cessão de créditos por fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercado local (risco sacado)	291	1.349	796	2.137
Mercado externo (<i>forfait</i>)	-	-	123.223	159.063
	<u>291</u>	<u>1.349</u>	<u>124.019</u>	<u>161.200</u>

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado local ficou em 0,57% ao mês (em 31 de dezembro de 2018, essas taxas foram entre 0,70% e 0,73% com média ponderada de 0,72% ao mês).

Em 31 de dezembro de 2019, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado externo ficaram entre 1,50% e 5,00%, com média ponderada de 3,97% ao ano (em 31 de dezembro de 2018, essas taxas foram entre 3,47% e 5,97% com média ponderada de 4,23% ao ano).

22 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa Nominal	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Moeda Estrangeira					
Empréstimos (i)	€ + 1,61% a.a.	94.487	90.761	94.487	90.761
Moeda Nacional					
FCO (i)	Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a	20.911	25.090	45.949	57.120
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a.	1.676	2.277	7.389	9.780
BNDES (i)	Pré-fixada de 3,50% a 4,50% a.a.		2.237		2.237
Debêntures	CDI + 1,25% a.a.	797.336	-	797.336	-
Finep	TJLP de - 1,00% a 1,00%a.a.	326.932	262.242	326.932	262.242
Financiamento imobiliário	TR + 9,60%a.a.	40.710	44.348	130.512	142.169
		1.282.052	426.955	1.402.605	564.309
Circulante		77.571	74.805	108.622	106.548
Não circulante		1.204.481	352.150	1.293.983	457.761

(i) Contratos com cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e cobertura de juros em relação a determinadas informações financeiras (EBITDA e despesas de juros líquidas), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2019 as cláusulas restritivas foram atendidas. A próxima medição será realizada em 30 de junho de 2020.

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2021	160.221	179.742
2022	65.584	84.993
2023	220.446	236.394
2024	370.426	382.042
2025	336.883	348.392
2026	16.883	28.382
2027	11.670	11.670
2028	11.670	11.670
2029	10.698	10.698
	<u>1.204.481</u>	<u>1.293.983</u>

Debêntures

Em 05 de dezembro de 2019, foi efetuada a emissão de 80.000 debêntures da 8ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) preço unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,25% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais e consecutivas, e será quitada em 28 de novembro de 2025.

Debêntures – Movimentação

	8ª Emissão Pública 1ª Série
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-
Valor total da emissão	800.000
Gastos a transcorrer	(5.806)
Encargos financeiros	3.142
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>797.336</u>
Circulante	2.081
Não circulante	<u>795.255</u>
Custo de transação não realizados	<u>5.740</u>
Circulante	995
Não circulante	<u>4.745</u>

Os montantes a longo prazo das debêntures tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2019
2023	156.486
2024	319.126
2025	319.643
	<u>795.255</u>

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019

	Controladora	Consolidado
Contas a receber - Clientes caucionadas	14.012	22.019
Carta de fiança (*)	326.932	326.932
Imobilizado penhorado	50.142	164.629
	<u>391.086</u>	<u>513.580</u>

(*) Carta Fiança para o empréstimo junto à FINEP (Contrato nº 0799/13).

b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo

Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures são os seguintes:

		Consolidado		Valor Justo	
	Taxa Nominal	2019	2018	2019	2018
Moeda Estrangeira					
Empréstimos	€ + 1,61% a.a.	94.487	90.761	94.487	90.761
Moeda Nacional					
FCO	Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a.	45.949	57.120	45.949	57.120
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a.	7.389	9.780	6.752	8.984
BNDES	Pré-fixada 3,50% a 4,50% a.a.		2.237		2.237
Debêntures	CDI + 1,25% a.a.	797.336	-	797.336	-
Finep	TJLP - 1,00% a 1,00% a.a.	326.932	262.242	326.932	262.242
Financiamento Imobiliário	TR + 9,60% a.a.	130.512	142.169	137.899	144.850
		1.402.605	564.309	1.409.355	566.194

O valor justo de alguns dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de mercado de CDI + 0,22% a CDI + 1,36% a.a. (31 de dezembro de 2018 – CDI + 0,32% a CDI + 1,45% a.a.).

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

							Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP			Controladora
	Passivos						Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Títulos a pagar	Tributos a recolher	Partes Relacionadas	Dividendos propostos	Outros ativos empréstimos			Patrimônio líquido	Total
Em 1º de janeiro de 2018	507.733	19.669	38.715	1.396	581.299	(65.010)	(8.398)	-	7.737.759	8.813.163
Variações dos fluxos de caixa de financiamento										
Compra ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.282)	(4.282)
Alienação ações	-	-	-	-	-	-	-	-	11.701	11.701
Empréstimos tomados	219.253	-	-	-	-	-	-	-	-	219.253
Pagamento de empréstimos - principal	(298.152)	(2.769)	(861)	-	-	(2.445)	619	-	-	(303.608)
Pagamento de empréstimos - juros	(1.879)	1.170	3.404	-	-	(4.173)	(39.893)	5.602	-	(35.769)
Hedge empréstimos -juros pagos	-	-	-	-	-	-	5.660	(1.061)	-	4.599
Mútuos passivos	-	-	-	1.250	-	-	-	-	-	1.250
Dividendos pagos	-	-	-	-	(632.995)	-	-	-	-	(632.995)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(80.778)	(1.599)	2.543	1.250	(632.995)	(6.618)	(33.614)	4.541	7.419	(739.851)
Outras variações										
Outros ativos	-	-	-	-	-	3.640	-	-	-	3.640
Tributos a recolher	-	-	809	-	-	-	-	-	-	809
Alienação ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(897)	(897)
Stock option/matching	-	-	-	-	-	-	-	-	8.193	8.193
Juros apropriados	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	611.991	-	-	-	-	611.991
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	-	-	-	371.176	371.176
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	295	295
Const. de reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	143.728	143.728
Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	-	41.917	-	-	41.917
Hedge fornecedores - juros pagos	-	-	-	-	-	-	23	11	-	34
AVJ - Hedge empréstimos	-	-	-	-	-	-	61	(61)	-	-
AVJ - Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	-	13	(13)	-	-
Transf. posição hedge fornecedores	-	-	-	-	-	-	(2)	2	-	-
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	-	809	2	611.991	3.640	42.012	(61)	522.495	1.180.888
Em 31 de dezembro de 2018	426.955	18.070	42.067	2.648	560.295	(67.988)	-	4.480	8.267.673	9.254.200

						Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP		Consolidado	
	Passivos								
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Títulos a pagar	Tributos a recolher	Dividendos propostos	Outros ativos empréstimos	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrimônio líquido	Total
Em 1º de janeiro de 2018	656.329	19.669	60.692	581.299	(65.010)	(10.132)	818	7.737.759	8.981.424
Variações dos fluxos de caixa de financiamento									
Compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	(4.282)	(4.282)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	11.701	11.701
Empréstimos tomados	219.253	-	-	-	-	-	-	-	219.253
Pagamento de empréstimos - principal	(323.286)	(2.769)	(860)	-	(2.445)	619	-	-	(328.741)
Pagamento de empréstimos - juros	12.013	1.170	3.405	-	(4.173)	(58.784)	5.602	-	(40.767)
Hedge empréstimos - juros pagos	-	-	-	-	-	5.660	(1.061)	-	4.599
Dividendos pagos	-	-	-	(632.995)	-	-	-	-	(632.995)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(92.020)	(1.599)	2.545	(632.995)	(6.618)	(52.505)	4.541	7.419	(771.232)
Outras variações									
Outros ativos	-	-	-	-	(12.819)	-	-	-	(12.819)
Tributos a recolher	-	-	(46)	-	-	-	-	-	(46)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	(897)	(897)
Stock option/matching	-	-	-	-	-	-	-	8.193	8.193
Juros sobre capital próprio	-	-	-	611.991	-	-	-	-	611.991
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	-	-	371.176	371.176
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	295	295
Const. de reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	143.728	143.728
Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	41.887	11	-	41.898
Hedge fornecedores - juros pagos	-	-	-	-	-	3.508	11.387	-	14.895
AVJ - Hedge empréstimos	-	-	-	-	-	61	(61)	-	-
AVJ - Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	14.699	(8.094)	-	6.605
Transf. posição hedge fornecedores	-	-	-	-	-	(4.810)	(1.795)	-	(6.605)
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	-	(46)	611.991	(12.819)	55.345	1.448	522.495	1.178.414
Em 31 de dezembro de 2018	564.309	18.070	63.191	560.295	(84.447)	(7.292)	6.807	8.267.673	9.388.606

Hypera S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

								Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP		Controladora
	Passivos							Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	
	Empréstimos e financiamentos	Títulos a pagar	Tributos a recolher	Partes relacionadas	Dividendos propostos	Arrendamentos mercantis	Outros ativos empréstimos			Patrimônio líquido
	426.955	18.070	42.067	2.648	560.295	-	(67.988)	-	4.480	8.267.673
Em 1º de janeiro de 2019										Total
Variações dos fluxos de caixa de financiamento										
Empréstimos tomados	904.850	-	-	-	-	-	-	-	-	904.850
Pagamento de empréstimos - principal	(60.818)	(10.484)	(933)	-	-	(26.408)	1.125	-	-	(97.518)
Pagamento de empréstimos - juros	(17.949)	(453)	-	-	-	(4.383)	-	-	-	(22.785)
Aquisições de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.188)
Alienações de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.338
Mútuos passivos	-	-	-	(2.650)	-	-	-	-	-	(2.650)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(623.422)	-	-	-	-	(623.422)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	826.083	(10.937)	(933)	(2.650)	(623.422)	(30.791)	1.125	-	-	(47.850)
Outras variações										
Adoção inicial	-	-	-	-	-	49.287	-	-	-	49.287
Baixa	-	-	-	-	-	(2.675)	-	-	-	(2.675)
Adições	-	-	-	-	-	8.057	-	-	-	8.057
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	(990)	-	-	(990)
Venda de imóveis	-	-	-	-	-	-	1.802	-	-	1.802
Remensuração	-	-	-	-	-	4.717	-	-	-	4.717
Tributos a recolher	-	-	(1.556)	-	-	-	-	-	-	(1.556)
Stock option/matching	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.336
Juros apropriados	29.014	669	422	2	-	3.598	(4.766)	-	3.097	32.036
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	675.270	-	-	-	-	675.270
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	368.118
Constituição de reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117.106
Dividendos pagos e não reclamados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(314)
Total das outras variações relacionadas com passivos	29.014	669	(1.134)	2	675.270	62.984	(3.954)	-	3.097	490.277
Em 31 de dezembro de 2019	1.282.052	7.802	40.000	-	612.143	32.193	(70.817)	-	7.577	10.621.050

								Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP		Consolidado
	Passivos							Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	
	Empréstimos e financiamentos	Títulos a pagar	Tributos a recolher	Dividendos propostos	Arrendamentos mercantis	Outros ativos empréstimos				Patrimônio líquido
	564.309	18.070	63.191	560.295	-	(84.447)	(7.292)	6.807		8.267.673
Em 1º de janeiro de 2019										Total
Variações dos fluxos de caixa de financiamento										
Empréstimos tomados	904.850	-	-	-	-	-	-	-	-	904.850
Pagamento de empréstimos - principal	(85.578)	(10.484)	(933)	-	(27.525)	1.125	-	-	-	(123.395)
Pagamento de empréstimos - juros	(22.341)	(453)	-	-	(5.173)	-	-	-	-	(27.967)
Aquisições de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.188)
Alienações de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.338
Dividendos pagos	-	-	-	(623.422)	-	-	-	-	-	(623.422)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	796.931	(10.937)	(933)	(623.422)	(32.698)	1.125	-	-	(47.850)	82.216
Outras variações										
Adoção inicial	-	-	-	-	55.955	-	-	-	-	55.955
Baixa	-	-	-	-	(6.727)	-	-	-	-	(6.727)
Adições	-	-	-	-	8.057	-	-	-	-	8.057
Remensuração	-	-	-	-	8.915	-	-	-	-	8.915
Outros ativos	-	-	-	-	-	4.323	-	-	-	4.323
Venda de imóveis	-	-	-	-	-	1.802	-	-	-	1.802
Tributos a recolher	-	-	(6.464)	-	-	-	-	-	-	(6.464)
Stock option/matching	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.336
Juros sobre capital próprio	-	-	-	675.270	-	-	-	-	-	675.270
Juros apropriados	41.365	669	423	-	4.362	(5.611)	-	3.097	-	44.305
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	368.118
Constituição de reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117.106
Dividendos pagos e não reclamados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(314)
Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	-	424	(329)	-	95
Hedge fornecedores - juros pagos	-	-	-	-	-	-	12.784	(13.244)	-	(460)
AVJ - Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	-	(7.325)	15.066	-	7.741
Total das outras variações relacionadas com passivos	41.365	669	(6.041)	675.270	70.562	514	5.883	4.590	490.277	1.283.089
Em 31 de dezembro de 2019	1.402.605	7.802	56.217	612.143	37.864	(82.808)	(1.409)	11.397	8.710.100	10.753.911

23 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição dos tributos diferidos ativos

Referem-se aos créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias. Estes ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro baseado em estudo de realização cuja projeção é a geração de resultados tributáveis a partir de 2020. Os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social foram gerados, substancialmente, por conta da utilização fiscal dos ágios de aquisição de empresas (Nota 19), que cessou em 2019 e pela distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio, nos últimos anos.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Crédito tributário:				
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	1.470.627	1.204.275	1.491.060	1.219.317
Contingências	67.330	61.955	76.578	66.876
Ágios amortizados	-	6.440	-	6.440
Perda de crédito esperada	57.718	56.652	60.875	59.816
Provisão para perdas nos estoques	12.288	9.701	26.824	22.159
Outras diferenças temporárias	88.439	79.997	124.506	112.649
Total do crédito tributário	1.696.402	1.419.020	1.779.843	1.487.257
(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)	(1.696.402)	(1.419.020)	(1.753.292)	(1.459.512)
Saldo remanescente do crédito tributário	-	-	26.551	27.745

b. Passivos fiscais diferidos

Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido (*impairment*) ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ágios	1.575.837	1.532.847	1.575.837	1.532.847
Débito tributário PIS/COFINS (*)	101.540	-	101.540	-
Valor justo do imobilizado – combinações de negócios	11.620	11.762	42.930	47.170
Outros	28.066	23.525	125.528	110.680
Total do débito tributário	1.717.063	1.568.134	1.845.835	1.690.697
(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)	(1.696.402)	(1.419.020)	(1.753.292)	(1.459.512)
Saldo remanescente do passivo diferido	20.661	149.114	92.543	231.185

(*) O valor base de R\$ 298.647, refere-se a recuperação judicial de indébitos tributários que serão oferecidos à tributação no momento da emissão dos precatórios. Vide comentários Nota 13.

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<i>Operações continuadas e descontinuadas</i>				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.055.421	1.165.842	1.062.612	1.224.852
Alíquota combinada - %	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR/CS à alíquota combinada	(358.843)	(396.386)	(361.216)	(416.559)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.359)	37.179	4.106	4.185
Juros sobre capital próprio declarado- JSCP	229.592	208.077	229.592	208.077
Juros e correções de natureza indenizatória s/ativos tributários (*)	102.836	-	102.836	-
Subvenções governamentais	125.160	126.200	125.160	126.200
Adições/exclusões permanentes	13.233	(11.311)	951	(17.154)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>108.619</u>	<u>(36.241)</u>	<u>101.429</u>	<u>(95.251)</u>
Corrente	-	134.111	(17.105)	92.274
Diferido	<u>108.619</u>	<u>(170.352)</u>	<u>118.534</u>	<u>(187.525)</u>
	<u>108.619</u>	<u>(36.241)</u>	<u>101.429</u>	<u>(95.251)</u>
Operações descontinuadas	12.649	11.804	12.535	(791)
Operações continuadas	<u>95.970</u>	<u>(48.045)</u>	<u>88.894</u>	<u>(94.460)</u>
	<u>108.619</u>	<u>(36.241)</u>	<u>101.429</u>	<u>(95.251)</u>
	10%	-3%	10%	-8%

(*) o valor base R\$ 302.459 refere-se a juros e correções de natureza indenizatória sobre ativos tributários (vide comentário na nota 13).

24 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a recolher	37.097	39.146	49.219	49.269
IPI/PIS/COFINS a recolher	1.089	1.106	2.015	6.748
Outros impostos a recolher	1.814	1.815	4.983	7.174
	<u>40.000</u>	<u>42.067</u>	<u>56.217</u>	<u>63.191</u>
Circulante	<u>31.640</u>	<u>33.126</u>	<u>47.857</u>	<u>54.250</u>
Não circulante	<u>8.360</u>	<u>8.941</u>	<u>8.360</u>	<u>8.941</u>

25 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Frete a pagar	12.042	12.039	14.638	14.155
Serviços prestados	23.800	22.978	44.967	40.503
Publicidades	7.920	33.028	7.949	33.028
Receitas a Transcorrer	1.602	11.215	1.602	11.215
Compras de Ativo Fixo	3.919	1.290	13.043	13.761
Obrigações oriundas de alienação	12.410	18.297	12.410	18.297
Arrendamentos Mercantis (i)	32.193	-	37.864	-
Provisões de impostos sobre provisão de perdas de estoques	6.387	3.899	17.073	12.993
Partes Relacionadas (Nota 31)	-	2.648	-	-
Outras	7.873	9.698	16.005	18.096
	<u>108.146</u>	<u>115.092</u>	<u>165.551</u>	<u>162.048</u>
Circulante	<u>88.310</u>	<u>113.485</u>	<u>135.710</u>	<u>155.388</u>
Não circulante	<u>19.836</u>	<u>1.607</u>	<u>29.841</u>	<u>6.660</u>

(i) Passivos de arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	1º de janeiro de 2019	31 de dezembro de 2019	1º de janeiro de 2019
Circulante	17.108	23.813	17.832	24.896
Não circulante	15.085	25.474	20.032	31.059
	<u>32.193</u>	<u>49.287</u>	<u>37.864</u>	<u>55.955</u>

As movimentações dos saldos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	49.287	55.955
Pagamento de empréstimos - principal	(26.408)	(27.525)
Pagamento de empréstimos - juros	(4.383)	(5.173)
Adições	8.057	8.057
Baixa	(2.675)	(6.727)
Remensuração	4.717	8.915
Juros apropriados	3.598	4.362
31 de dezembro de 2019	<u>32.193</u>	<u>37.864</u>

a. Vencimentos das prestações

Os montantes dos arrendamentos mercantis em 31 de dezembro de 2019 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
Menos de 1 ano	17.108	17.832
Entre 1 e 2 anos	7.479	8.230
Entre 2 e 5 anos	6.470	9.212
Acima de 5 anos	1.136	2.590
	<u>32.193</u>	<u>37.864</u>

b. Direito tributário sobre arrendamento

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Passivo de arrendamento	36.521	32.193	45.009	37.864
PIS/COFINS potencial	(1.591)	(1.288)	(2.261)	(1.701)
	<u>34.930</u>	<u>30.905</u>	<u>42.748</u>	<u>36.163</u>

c. Contratos por prazo e a taxa de desconto

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	Controladora	Consolidado
Prazos	Taxa % a.a	Taxa % a.a
Até 2 Anos	8,46%	6,74%
De 2 a 5 Anos	7,55%	7,34%
Acima de 5 Anos	8,49%	9,46%

O quadro abaixo apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, das despesas financeiras e da depreciação, considerando o efeito da taxa da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamentos, descontados pela taxa nominal.

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2019
Passivo de arrendamentos		
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	32.193	37.864
Fluxo com projeção de inflação	33.838	39.799
Variação	5,11%	5,11%
Direito de uso líquido - saldo final		
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	39.807	39.807
Fluxo com projeção de inflação	41.841	41.841
Variação	5,11%	5,11%

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Despesas financeiras		
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	(3.466)	(4.251)
Fluxo com projeção de inflação	(3.643)	(4.468)
Variação	5,11%	5,11%
Despesa de depreciação		
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	(25.466)	(26.749)
Fluxo com projeção de inflação	(26.767)	(28.116)
Variação	5,11%	5,11%

26 Contingências passivas

Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências.

Controladora								
2019				2018				
	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial
Cível	8.218	11.123	-	19.341	1.759	10.300	-	12.059
Trabalhista	104.038	26.597	(29.382)	101.253	91.979	31.039	(26.418)	96.600
Tributária	74	43.775	(327)	43.522	44	43.266	(259)	43.051
Administrativas/outras	3.828	375	(218)	3.985	3.363	471	(172)	3.662
	<u>116.158</u>	<u>81.870</u>	<u>(29.927)</u>	<u>168.101</u>	<u>97.145</u>	<u>85.076</u>	<u>(26.849)</u>	<u>155.372</u>

Consolidado								
2019				2018				
	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial
Cível	8.234	11.123	-	19.357	1.779	10.300	-	12.079
Trabalhista	115.695	26.597	(32.921)	109.371	106.149	31.039	(30.154)	107.034
Tributária	76	43.775	(329)	43.522	46	43.266	(261)	43.051
Administrativas/outras	19.356	375	(218)	19.513	3.643	471	(172)	3.942
	<u>143.361</u>	<u>81.870</u>	<u>(33.468)</u>	<u>191.763</u>	<u>111.617</u>	<u>85.076</u>	<u>(30.587)</u>	<u>166.106</u>

Movimentação das Contingências

	Controladora					
	2018	Atualizações monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos	2019
Cível	12.059	1.211	7.191	(862)	(258)	19.341
Trabalhista	123.018	9.941	30.981	(16.566)	(16.739)	130.635
Tributária	43.310	698	29	(188)	-	43.849
Administrativas/ outras	3.834	274	420	(273)	(52)	4.203
	<u>182.221</u>	<u>12.124</u>	<u>38.621</u>	<u>(17.889)</u>	<u>(17.049)</u>	<u>198.028</u>
Depósitos judiciais	(26.849)	(1.601)	(7.197)	4.965	755	(29.927)
	<u>155.372</u>	<u>10.523</u>	<u>31.424</u>	<u>(12.924)</u>	<u>(16.294)</u>	<u>168.101</u>

	Atualizações			Consolidado	
	2018	Monetárias	Adições	Reversões	2019
Cível	12.079	1.213	7.215	(882)	19.357
Trabalhista	137.188	10.865	33.313	(20.371)	142.292
Tributária	43.312	698	29	(188)	43.851
Administrativas/ outras	4.114	945	17.141	(322)	19.731
	196.693	13.721	57.698	(21.763)	225.231
Depósitos judiciais	(30.587)	(1.787)	(7.853)	5.733	(33.468)
	166.106	11.934	49.845	(16.030)	191.763

As contingências trabalhistas da Companhia e de suas controladas respondem substancialmente em uma quantidade aproximada de 1.136 processos em que se discutem horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos, no montante total de R\$ 115.695.

a. Causas judiciais de responsabilidade da Companhia, assumidas em combinação de negócios

Quadro resumo das principais contingências:

	Trabalhista / Cível / Administrativo e Outras		Tributária		Total
	Provável	Possível	Provável	Possível	
Mabesa	1.570	-	8.529	8.492	18.591
Mantecorp	34.070	2.455	-	26.754	63.279
	35.640	2.455	8.529	35.246	81.870

No caso das aquisições de negócio Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme requerido no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios foram provisionadas além das contingências prováveis, as contingências possíveis, com considerações de valor justo para as mesmas.

O valor da perda possível e provável na Combinação de Negócios destes processos está estimado em R\$ 81.870, sendo R\$ 26.597 referente a processos trabalhistas, R\$ 11.123 referente a processos cíveis, R\$ 43.775 referente a processos tributários e R\$ 375 referente a processos administrativos regulatórios e outros.

(i) Cível

São 9 processos, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 11.123.

Em 26 de junho de 2009 a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) aplicou multa à Mantecorp no valor atualizado de R\$ 9.108, em razão de suposto aumento irregular de preços do medicamento Desalex. A Companhia está discutindo tal multa judicialmente. De acordo com a opinião dos advogados externos da Companhia, a possibilidade de perda é provável.

(ii) Trabalhista

São 196 processos, dos quais 80 decorrentes da aquisição da Mabesa, 70 da Mantecorp Logística e 46 Mantecorp Indústria Química, cujo valor justo na combinação de negócios estava estimado em R\$ 26.597.

(iii) Tributária

São aproximadamente 189 processos substancialmente relacionados a recolhimento do ICMS sobre importação de mercadorias, dos quais 91 decorreram da aquisição da Mabesa, outros 12 da Mantecorp Logística e 86 Mantecorp Indústria Química, cujos valores justos na combinação de negócios foram estimados em R\$ 43.775.

(iv) Administrativas / outras

São 12 processos, de natureza regulatória, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 375.

(v) Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-proprietários – possíveis e prováveis:

Além de valores provisionados na combinação de negócio como descrito acima, existem outras contingências que a Companhia não possui provisão para contingências cujo prognóstico é de perda provável e possível nos casos que são de responsabilidade dos ex-proprietários.

O Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública em face da Companhia para requerer o pagamento de indenização em razão de suposta venda ilegal de medicamentos em 2008 pela Mantecorp. O valor envolvido foi avaliado em R\$ 201.348 e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase de instrução.

A Johnson & Johnson ajuizou ação ordinária contra a empresa Facilit alegando que o Fio Dental Sanifill Premium, Fio Extrafino Sanifill Premium e a Fita Dental Sanifill Premium violam os direitos exclusivos decorrentes da patente PI 9805134-2, intitulada "fio dental que apresenta uma resistência aperfeiçoada ao esgarçamento e ao desfibramento". A ação foi julgada procedente e determinada à apuração de valores indenizatórios através de liquidação de sentença. Diante disto, alteramos a estimativa de perda para Provável de responsabilidade dos Sócios Vendedores (R\$ 3.319), e o processo se encontra em grau de Recurso.

A seguir, o resumo das contingências de prognósticos provável e possível de responsabilidade dos ex-proprietários:

Empresa e/ou marcas adquiridas	Possível	Provável	Total
Aprov	264	504	768
Bitufo	-	218	218
Ceil	3.936	1.918	5.854
Cosmed-Pompom	1.645	2.377	4.022
DM	-	3	3
Facilit	-	3.831	3.831
Farmasa	138.397	123	138.520
Inal	-	9	9
Neolatina	-	12.345	12.345
Luper	-	66	66
Mabesa	701	539	1.240
Mantecorp	201.348	-	201.348
Brainf.-NQ	121.086	19.325	140.411
Sapeka	200	1.157	1.357
Sul Química	-	2.718	2.718
York	2.254	175	2.429
	<u>469.831</u>	<u>45.308</u>	<u>515.139</u>

Quando aplicável, a Companhia efetua o pagamento de causas e busca o reembolso dos ex-proprietários (Nota 14).

b. Contingências possíveis – Responsabilidade da Companhia e suas Controladas

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível
Cível	42.720	45.023	43.160	45.023
Trabalhista	439.245	458.327	458.478	500.095
Fiscal e Tributária	120.641	111.124	153.317	141.782
Administrativas/outras	2.904	2.550	3.371	2.550
	605.510	617.024	658.326	689.450

A Companhia está em litígio judicial com concorrentes, no qual se discute o registro de marcas e patentes no INPI, não havendo contingência financeira apurável neste momento.

(i) Cível

No ano de 2009 o Ministério Público Federal da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para a administração pública de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Ministério Público requereu, também, a condenação dos laboratórios ao pagamento de danos morais coletivos em montante a ser fixado pelo Juízo.

Foi proferida sentença que julgou extinto o processo e, atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

No ano de 2014 o Município de Caxias do Sul ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para o Município de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O processo encontra-se na fase de instrução. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

(ii) Trabalhista

A Companhia e suas Controladas figuram em processos trabalhistas, de responsabilidade da Companhia, suas Controladas e/ou sócios vendedores das empresas adquiridas e incorporadas, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou suas controladas está estimada em R\$ 458.478 (R\$ 500.095 em 31 de dezembro de 2018).

Nestes processos discutem-se horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos.

Destes processos trabalhistas, há 14 decorrentes da aquisição do Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa), incorporado pela Companhia, que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 4 (R\$ 3.643 em 31 de dezembro de 2018) e outros 116 decorrentes da aquisição da Mantecorp Logística Distribuição e Comércio S.A. e da Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A., que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 42.709 (R\$ 74.364 em 31 de dezembro de 2018), nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente do trabalho, vínculo empregatício e consequente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória.

(iii) Tributária

A Companhia e sua controlada Cosmed buscam por meio de Mandados de Segurança o afastamento da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT pelo Decreto nº 6.957/09, (ii) a definição da alíquota por cada estabelecimento da empresa que possua inscrição própria no CNPJ e (iii) o afastamento da aplicação do FAP à alíquota da contribuição ao SAT/RAT. Tendo em vista a existência de jurisprudência divergente no Superior Tribunal de Justiça em parte desses pedidos, a Companhia e seus assessores legais qualificam como risco de perda possível o valor de R\$ 88.028, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente aos processos encontra-se depositado judicialmente. Os processos aguardam exame de admissibilidade pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em razão da interposição de Recursos Especial e Extraordinário realizado pela Companhia.

27 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 5.500.000, conforme disposição do Estatuto Social e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 24 de janeiro de 2011.

O capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.448.817 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 4.448.817), representado por 632.238.060 (em 31 de dezembro de 2018 - 632.238.060) ações ordinárias.

b. Ágio na emissão de ações

Esta reserva é constituída nas emissões de ações e refere-se a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal, que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social.

c. Pagamentos baseados em ações

(i) Opção de compra de ações

Os planos de opções de compra de ações têm como objetivo de “atrair e reter executivos da Companhia” em percentual de diluição de até 6% do capital social.

As transações com pagamento baseado em ações podem ocorrer entre a Companhia e suas controladas.

Modelo de precificação das opções

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas:

- As opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (vesting), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia.
- Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.
- Avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano.
- Atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários.

A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções europeias simples, utilizando a Selic e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários.

Foram aprovados em AGE's os Planos II em 29 de dezembro de 2008 e III em 10 de outubro de 2011 que contemplam os Programas de Opção de Compra de Ações, aprovados em RCA's nas seguintes datas:

Reuniões do Conselho de Administração - RCA

Plano II	
Programa 2009	17 de dezembro de 2009
Programa 2010	06 de agosto de 2010
Programa 2011	02 de fevereiro de 2011
Plano III	
Programa 2011	26 de dezembro de 2011
Programa 2013	03 de maio de 2013
Programa 2014	21 de fevereiro de 2014
Programa 2014-A	30 de dezembro de 2014

O prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.

Total de opções outorgadas

O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2019 é de 4,83% nos Planos e Programas conforme discriminados abaixo:

Consolidado										
Posição em 31/12/2019										
Plano	Programa	Carência	Preço exercício original	Preço exercício corrigido	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto	Valor unitário justo na data da outorga (em Reais)	Custo total estimado
Plano II	2009	17/12/2010	17,055	23,87	560.000	388.115	171.885	-	3,47	-
Plano II	2009	17/12/2011	17,055	23,87	560.000	379.600	180.000	400	4,22	2
Plano II	2009	17/12/2012	17,055	23,87	560.000	360.000	180.000	20.000	4,93	99
Plano II	2009	17/12/2013	17,055	23,87	560.000	360.000	180.000	20.000	5,6	112
Plano II	2009	17/12/2014	17,055	23,87	560.000	360.000	180.000	20.000	6,23	124
					2.800.000	1.847.715	891.885	60.400		337
Plano II	2010	06/08/2011	20,21	28,33	520.000	50.000	330.000	140.000	3,51	492
Plano II	2010	06/08/2012	20,21	28,33	520.000	95.000	270.000	155.000	4,38	679
Plano II	2010	06/08/2013	20,21	28,33	640.000	90.000	390.000	160.000	5,22	835
Plano II	2010	06/08/2014	20,21	28,33	460.000	90.000	210.000	160.000	6,02	963
Plano II	2010	06/08/2015	20,21	28,33	460.000	90.000	210.000	160.000	6,79	1.086
					2.600.000	415.000	1.410.000	775.000		4.055
Plano II	2011	01/02/2012	19,26	25,59	740.000	205.081	280.565	254.354	0,95	241
Plano II	2011	01/02/2013	19,26	25,59	740.002	205.081	280.566	254.355	1,75	446
Plano II	2011	01/02/2014	19,26	25,59	759.482	205.081	300.046	254.355	2,52	641
Plano II	2011	01/02/2015	19,26	25,59	730.258	205.081	270.822	254.355	3,26	830
Plano II	2011	01/02/2016	19,26	25,59	730.258	205.081	270.822	254.355	3,98	1.012
					3.700.000	1.025.405	1.402.821	1.271.774		3.170
Plano III	2014-A	30/12/2019	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	4	160
					130.000	-	90.000	40.000		160
Plano III	2017	01/04/2018	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	2,39	1.148
Plano III	2017	01/04/2019	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	3,78	1.813
Plano III	2017	01/04/2020	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	4,82	2.312
Plano III	2017	01/04/2021	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	5,53	2.654
Plano III	2017	01/04/2022	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	5,91	2.838
					2.625.000	-	225.000	2.400.000		10.765
Total do Stock Option					11.855.000	3.288.120	4.019.706	4.547.174		18.487

Hypera S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Consolidado										
Posição em 31/12/2018										
Plano	Programa	Carência	Preço exercício original	Preço exercício corrigido	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto	Valor unitário justo na data da outorga (em Reais)	Custo total estimado
Plano II	2009	17/12/2010	17,055	24,89	560.000	288.115	171.885	100.000	3,47	347
Plano II	2009	17/12/2011	17,055	24,89	560.000	279.600	180.000	100.400	4,22	424
Plano II	2009	17/12/2012	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	4,93	592
Plano II	2009	17/12/2013	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	5,6	672
Plano II	2009	17/12/2014	17,055	24,89	560.000	260.000	180.000	120.000	6,23	748
					2.800.000	1.347.715	891.885	560.400		2.783
Plano II	2010	06/08/2011	20,21	29,02	520.000	50.000	330.000	140.000	3,51	492
Plano II	2010	06/08/2012	20,21	29,02	520.000	95.000	270.000	155.000	4,38	679
Plano II	2010	06/08/2013	20,21	29,02	640.000	50.000	390.000	200.000	5,22	1.044
Plano II	2010	06/08/2014	20,21	29,02	460.000	50.000	210.000	200.000	6,02	1.205
Plano II	2010	06/08/2015	20,21	29,02	460.000	50.000	210.000	200.000	6,79	1.358
					2.600.000	295.000	1.410.000	895.000		4.778
Plano II	2011	01/02/2012	19,26	26,48	740.000	205.081	280.565	254.354	0,95	241
Plano II	2011	01/02/2013	19,26	26,48	740.002	205.081	280.566	254.355	1,75	446
Plano II	2011	01/02/2014	19,26	26,48	759.482	205.081	300.046	254.355	2,52	641
Plano II	2011	01/02/2015	19,26	26,48	730.258	205.081	270.822	254.355	3,26	830
Plano II	2011	01/02/2016	19,26	26,48	730.258	205.081	270.822	254.355	3,98	1.012
					3.700.000	1.025.405	1.402.821	1.271.774		3.170
Plano III	2011	26/12/2013	8,6	8,6	2.609.998	2.460.911	139.087	10.000	1,25	13
Plano III	2011	26/12/2014	8,6	8,6	2.329.998	2.112.940	207.058	10.000	1,63	16
Plano III	2011	26/12/2015	8,6	8,6	2.329.998	2.035.667	284.331	10.000	1,96	20
Plano III	2011	26/12/2016	8,6	8,6	2.329.998	1.829.304	490.694	10.000	2,27	23
					9.599.992	8.438.822	1.121.170	40.000		72
Plano III	2013	03/05/2018	15,62	15,62	270.000	30.000	190.000	50.000	1,21	60
					270.000	30.000	190.000	50.000		60
Plano III	2014	21/02/2018	15,34	15,34	90.000	-	70.000	20.000	2,7	54
Plano III	2014	21/02/2019	15,34	15,34	90.000	-	70.000	20.000	3,23	65
					180.000	-	140.000	40.000		119
Plano III	2014-A	30/12/2017	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	2,64	106
Plano III	2014-A	30/12/2018	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	3,34	133
Plano III	2014-A	30/12/2019	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	4	160
					390.000	-	270.000	120.000		399
Plano III	2017	01/04/2018	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	2,39	1.148
Plano III	2017	01/04/2019	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	3,78	1.813
Plano III	2017	01/04/2020	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	4,82	2.312
Plano III	2017	01/04/2021	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	5,53	2.654
Plano III	2017	01/04/2022	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	5,91	2.838
					2.625.000	-	225.000	2.400.000		10.765
Total do Stock Option					22.164.992	11.136.942	5.650.876	5.377.174		22.146

(ii) Plano de Concessão de ações em regime de Matching

Foram aprovados em AGE's os Programas de Opção de Compra de Ações (nas datas de 19 de abril de 2017, 19 de abril de 2018 e 29 de abril de 2019) regime de Matching, que tem por objetivo permitir que, no âmbito e como forma de implementação alternativa de pagamento do PPR 2017, PPR 2018 e PPR 2019 ou de bonificação por resultado conferida pela Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente ("Bônus de Performance").

O prazo de carência de 1 ano para até 25% das opções outorgadas, 2 anos para até 50%, 3 anos para até 75%, 4 anos para até 100%, com obrigatoriedade de destinação de no mínimo, 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.

O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que atendidos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo, em consequência, um maior alinhamento e integração dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

O total do Programa do Plano Macthing 2017 tem custo estimado de R\$ 9.090 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2019, com a quantidade total estimada de 235.938 ações, total do Programa do Plano Macthing 2018 tem custo estimado de R\$ 6.272 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2020, com a quantidade total estimada de 185.772 ações e o total do Programa do Plano Macthing 2019 tem custo estimado de R\$ 22.741 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2021, com a quantidade total estimada de 673.534 ações.

(iii) Plano de Outorga de Ações Restritas

Em AGE's de 19 de abril de 2018 e 24 de abril de 2019, foram aprovados os Planos de Outorga de Ações Restritas, que tem por objetivo permitir a outorga de direitos em receber as Ações Restritas aos colaboradores elegíveis selecionados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, com vistas a atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas, diretas ou indiretas (incluídas no conceito da Companhia para os fins deste Programa), concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses dos acionistas.

O Programa de Ações Restritas Outorga 2018 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2019, tem custo estimado de R\$ 28.588, com a quantidade total estimada de 1.102.500 ações.

O Programa de Ações Restritas Outorga 2019 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2020, tem custo estimado de R\$ 33.646, com a quantidade total estimada de 1.315.000 ações.

O Programa de Ações Restritas Outorga 2019 representado por 1 tranche única, prevista para 2023, tem custo estimado de R\$ 9.584, com a quantidade total estimada de 465.000 ações.

d. Ações em tesouraria

As movimentações das ações em tesouraria ocorreram conforme o quadro abaixo:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 31/12/2018	191.438	6.459
Aquisição do período	2.469.000	72.188
Alienação do período	<u>(1.495.481)</u>	<u>(44.444)</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>1.164.957</u>	<u>34.203</u>

e. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

f. Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção

governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

g. Reserva estatutária

Constituída de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e previsto no artigo 44, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.

h. Reserva de retenção de lucros

Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

i. Proposta de destinação do resultado

Abaixo a proposta da administração para a distribuição dos dividendos de 2019:

	2019
Resultado líquido do exercício	1.164.040
Parcela de ajustes de períodos anteriores	(3.546)
Lucro a ser destinado	1.160.494
Constituição da Reserva de subvenção governamental (I)	(368.118)
Constituição de Reserva para orçamento de capital (Reserva de retenção de lucros)	(117.106)
Base de cálculo dos dividendos	675.270
Juros sobre capital próprio (II)	(675.270)

- I. As controladas não possuem subvenção governamental.
- II. Foram aprovadas pelas reuniões do Conselho de Administração a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, que foram pagos em 07 de janeiro de 2020, conforme o quadro abaixo:

Datas	Valor
29 de março de 2019	160.995
27 de junho de 2019	161.279
27 de setembro de 2019	160.999
18 de dezembro de 2019	191.997
	675.270

28 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vendas brutas de produtos	4.114.999	4.474.502	4.115.155	4.474.927
Devoluções	(128.117)	(70.051)	(128.117)	(70.051)
Descontos incondicionais	(184.693)	(179.542)	(184.679)	(179.542)
Receita líquida das devoluções e descontos incondicionais	3.802.189	4.224.909	3.802.359	4.225.334
Descontos promocionais	(253.992)	(212.191)	(253.992)	(212.191)
Impostos	(154.032)	(168.255)	(253.618)	(288.834)
Receita líquida	3.394.165	3.844.463	3.294.749	3.724.309

A Companhia não apresenta sua receita desagregada por produto pois, fundamentalmente: (a) a natureza e os fatores de risco econômico dos produtos são similares, (b) os consumidores e clientes não possuem distinções relevantes; (c) a empresa atua apenas em território nacional e (d) as apresentações a investidores citando diferentes tipos de produtos refletem apenas os diferentes modelos de *go-to-market*. Nesse sentido a Companhia vem capturando as sinergias entre esses diferentes modelos e alavancando estrutura única de *sell-out*.

Adicionalmente, as tomadas de decisões sobre recursos a serem alocados não estão ligados a segmentos de negócios, mas ocorrem individualmente por produtos a serem lançados, culminando com avaliações de desempenho geral dos resultados operacionais para todo o portfólio de produtos.

29 Composição das contas de resultado

a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	(1.526.769)	(1.468.457)	(1.209.057)	(1.059.032)
Matéria prima	-	-	(395.053)	(381.358)
Material de embalagem	-	-	(191.403)	(209.699)
Mão-de-obra	-	-	(328.079)	(255.913)
Despesas com depreciações e amortizações	-	-	(53.941)	(46.883)
Revenda	(1.467.658)	(1.413.896)	(121.167)	(106.730)
Variações dos estoques/outros	(59.111)	(54.561)	(119.414)	(58.449)
Despesas com vendas e marketing	(1.282.873)	(1.224.223)	(1.401.629)	(1.299.472)
Despesas com marketing	(879.149)	(842.828)	(843.348)	(820.207)
Gastos com propaganda e publicidade	(304.869)	(359.891)	(300.959)	(355.984)
Acordos, verbas e outros	(82.764)	(69.302)	(82.764)	(69.303)
Visitação médica, promoções, brindes e amostras	(491.516)	(413.635)	(459.625)	(394.920)
Despesas com vendas	(403.724)	(381.395)	(558.281)	(479.265)
Força de vendas	(244.602)	(214.138)	(249.125)	(224.723)
Despesas com fretes e logística	(82.016)	(84.046)	(92.168)	(86.511)
Pesquisa e Desenvolvimento	(9.111)	(9.797)	(128.717)	(73.916)
Despesas com depreciações e amortizações	(27.691)	(6.822)	(45.318)	(24.774)
Demais despesas	(40.304)	(66.592)	(42.953)	(69.341)
Despesas administrativas e gerais	(148.702)	(134.613)	(209.262)	(181.754)
Salários e encargos sociais	(93.493)	(71.205)	(149.562)	(118.602)
Advogados, assessorias e auditoria	(31.702)	(32.914)	(39.038)	(42.613)
Despesas com depreciações e amortizações	(11.417)	(9.348)	(16.910)	(13.347)
Demais despesas	(12.090)	(21.146)	(3.752)	(7.192)

b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ganhos (Perdas) eventuais (*)	638.169	71.688	618.304	44.643
Depreciação de propriedades para investimentos	(4.204)	(3.927)	(4.204)	(3.927)
Receitas de aluguéis	19.806	19.118	17.182	16.714
Contingências cíveis e trabalhistas	(13.713)	(15.110)	(30.048)	(17.084)
	640.058	71.769	601.234	40.346

(*) vide comentário da nota 13.

c. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Juros ativos	27.788	17.631	30.840	21.907
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	59.201	54.537	65.329	63.936
	<u>86.989</u>	<u>72.168</u>	<u>96.169</u>	<u>85.843</u>

d. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Juros sobre financiamentos	(16.876)	(16.282)	(28.464)	(34.492)
Juros sobre empréstimos	(6.601)	(1.828)	(6.602)	(1.828)
Juros sobre títulos a pagar	(692)	(1.170)	(692)	(1.170)
Atualizações monetárias sobre contingências	(12.124)	(11.979)	(13.721)	(13.132)
Parcelamentos fiscais	(422)	(282)	(422)	(282)
Debêntures	(3.142)	(4.931)	(3.142)	(4.932)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(4.292)	(3.831)	(4.320)	(3.813)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(11.580)	(16.643)	(12.318)	(17.193)
Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de empréstimos	(221)	(182)	(221)	(182)
Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de fornecedores e clientes	44	40	(5.424)	(7.237)
Reversões de ajuste a valor presente	(3.466)	-	(4.251)	-
Outros	(571)	(544)	(2.175)	(1.497)
	<u>(59.943)</u>	<u>(57.632)</u>	<u>(81.752)</u>	<u>(85.758)</u>

30 Resultado por ação

a. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2019			2018		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.188.985	(24.945)	1.164.040	1.135.399	(5.798)	1.129.601
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (milhares)	<u>631.290</u>	<u>631.290</u>	<u>631.290</u>	<u>631.998</u>	<u>631.998</u>	<u>631.998</u>
Lucro básico por ação	<u>1,88342</u>	<u>(0,03951)</u>	<u>1,84391</u>	<u>1,79652</u>	<u>(0,00917)</u>	<u>1,78735</u>

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações potenciais são tratadas como diluidoras quando, e somente quando, a sua conversão em ações diminui o resultado por ação ou aumenta o prejuízo por ação proveniente

das operações continuadas.

	2019			2018		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Lucro						
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.188.985	(24.945)	1.164.040	1.135.399	(5.798)	1.129.601
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (milhares)	631.290	631.290	631.290	631.998	631.998	631.998
Ajustes de:						
Pagamentos baseados em ações (milhares) (I)	8.645	8.645	8.645	7.501	7.501	7.501
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	639.935	639.935	639.935	639.499	639.499	639.499
Lucro diluído por ação	1,85798	(0,03898)	1,81900	1,77545	(0,00907)	1,76639

(I) Segue abaixo a composição dos valores dos pagamentos baseados em ações:

	2019
Stock Option	4.548
Valor estimado Plano Machting	1.095
Plano Restricted	3.002
	8.645

31 Transações com partes relacionadas

A Companhia é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na bolsa de valores. Por meio de um Acordo de Acionistas celebrado em 23 de junho de 2010, e posteriormente aditado em 16 de março de 2016, 24 de outubro de 2016 e em julho de 2017, são os principais acionistas da Companhia: Sr. João Alves de Queiroz Filho, que detém 21,42% de seu capital social e Maiorem S.A. de C.V., que detém 14,77% de seu capital social; sendo que os demais signatários do Acordo de Acionistas detêm 0,97% do capital social da Companhia. Os 62,84% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Transações e saldos

Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread.

Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. No caso, tanto a Cosmed quanto a Brainfarma produzem e vendem praticamente toda a produção para a Hypera comercializar no mercado.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e aluguéis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as Companhias do Grupo estão demonstradas abaixo:

- O contrato de aluguel com a Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. é corrigido

pelo índice IGPM – FGV e o prazo de vencimento é 02 de maio de 2020, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.

- O contrato de aluguel com a Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (Fábrica de Adoçantes) foi corrigido pelo índice IGPM – FGV a partir de 01 de abril de 2019 e o prazo de vencimento é 31 de março de 2027, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.
- O contrato de prestação de serviços com a UOL Diveo Tecnologia Ltda. será corrigido pelo índice IGPM – FGV a cada doze meses, a partir de 30 de outubro de 2018 e o prazo de vencimento é 29 de outubro de 2021.

a.1. Nos ativos e passivos

							Controladora
							2019
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	244	-	(84.891)	-	-	-
My Agência Propaganda Ltda.	-	9	-	(17)	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	469	-	(241.326)	(969)	-	-
Universo Online S.A.	-	-	-	-	(667)	-	-
UOL Diveo Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(13)	-	-
Total	-	722	-	(326.234)	(1.649)	-	-

							Consolidado
							2019
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Universo Online S.A.	-	-	-	-	(667)	-	-
UOL Diveo Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(13)	-	-
Total	-	-	-	-	(680)	-	-

							Controladora
							2018
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	3.321	449	-	(66.061)	-	-	-
My Agência Propaganda Ltda.	-	5	-	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	-	-	(336.465)	-	(2.644)	(4)
Universo Online S.A.	-	-	-	-	(746)	-	-
UOL Diveo Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(50)	-	-
Total	3.321	454	-	(402.526)	(796)	(2.644)	(4)

							Consolidado
							2018
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Outros valores a pagar	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Universo Online S.A.	-	-	-	-	(746)	-	-
UOL Diveo Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(50)	-	-
Total	-	-	-	-	(796)	-	-

a.2. No resultado do exercício

Controladora							
2019							
	Transações		(Despesas)/Receitas diversas			Juros s/ Mútuo	
Empresas	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de aluguéis	Publicidade	Aluguéis	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	(332.703)	2.495	-	-	-	-	-
My - Agência Propaganda Ltda.	(4.180)	204	(4.560)	-	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	(1.307.926)	140	-	(2.091)	-	(268)	1
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Universo Online S.A.	-	-	(6.000)	-	-	-	-
UOL Diveo Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(6.401)	-	-
Total	(1.644.809)	2.839	(10.560)	(2.091)	(6.401)	(268)	1

Consolidado							
2019							
	Transações		(Despesas)/Receitas diversas			Juros s/ Mútuo	
Empresas	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de aluguéis	Publicidade	Aluguéis	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	-	(317)	-	(28)	-
Universo Online S.A.	-	-	(6.000)	-	-	-	-
UOL Diveo Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(6.401)	-	-
Total	-	-	(6.000)	(317)	(6.401)	(28)	-

Controladora							
2018							
	Transações		(Despesas)/Receitas diversas			Juros s/ Mútuo	
Empresas	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de aluguéis	Publicidade	Aluguéis	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	(289.341)	2.746	-	-	-	(1)	-
My - Agência Propaganda Ltda.	-	996	(4.560)	-	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(2.002)	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	(1.282.548)	-	-	(2.624)	-	-	10
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Universo Online S.A.	-	-	(7.755)	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(173)	-	-
Total	(1.571.889)	3.742	(14.317)	(2.624)	(173)	(1)	10

Consolidado							
2018							
	Transações		(Despesas)/Receitas diversas			Juros s/ Mútuo	
Empresas	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de aluguéis	Publicidade	Aluguéis	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(2.002)	(450)	-	-	-
Universo Online S.A.	-	-	(7.755)	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(173)	-	-
Total	-	-	(9.757)	(450)	(173)	-	-

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Fiscal, Auditoria e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários e outros benefícios de curto prazo	18.576	23.191	18.816	23.623
Honorários dos conselheiros	4.720	1.785	4.720	1.785
Pagamentos com base em ações	11.287	6.016	11.287	6.016
Total	34.583	30.992	34.823	31.424

32 Outros assuntos

Em 10 de abril de 2018, em ação cautelar, foi cumprida a ordem de busca e apreensão, no escritório administrativo da Companhia e na residência do então Diretor Presidente da Companhia e do Presidente do Conselho de Administração, relacionada a fatos objeto de acordo de colaboração premiada celebrada pelo Sr. Nelson José de Mello, ex-diretor de Relações Institucionais, como parte da investigação conduzida pelo Ministério Público Federal, na denominada “Operação Tira-Teima”, cujo assunto também foi objeto de Fato Relevante divulgado em 28 de junho de 2016, bem como de outros comunicados divulgados pela Companhia.

O então Diretor Presidente da Companhia apresentou carta aos conselheiros solicitando voluntariamente o afastamento do seu cargo e de todas as suas atividades da Companhia, pelo prazo necessário à conclusão das investigações internas e do Ministério Público Federal. De igual forma, o então Presidente do Conselho de Administração da Companhia também apresentou carta aos demais conselheiros solicitando voluntariamente o seu afastamento do cargo de Conselheiro pelo mesmo período. O Conselho de Administração acatou os pedidos formulados e foram eleitos novo Diretor Presidente da Companhia e novo Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração também deliberou pela constituição de um Comitê Especial Independente, para coordenar uma investigação independente dos fatos objeto do Aviso de Fato Relevante de 10 de abril de 2018 e do Comunicado ao Mercado de 20 de abril de 2018 publicados pela Companhia. O Comitê desde então (a) definiu o escopo da apuração interna; (b) contratou assessores externos, notadamente escritório de advocacia e empresa de auditoria de primeira linha; (c) realizou apresentações sobre o andamento dos trabalhos ao Auditor Externo e ao Comitê de Auditoria sobre o andamento dos trabalhos, (d) apresentou suas recomendações ao Comitê de Auditoria, e (e) na sequência o fará ao Conselho de Administração.

Em paralelo e em complemento ao trabalho desenvolvido pelo Comitê Independente, a Companhia, por meio dos seus assessores legais especializados, tem apoiado e colaborado com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes.

A administração da Companhia está comprometida em adotar as medidas necessárias e avaliará, com base nos resultados apurados, e com o apoio de seus assessores legais especializados, a conveniência e a oportunidade de eventualmente recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à conclusão definitiva do assunto, incluindo as hipóteses de acordos com as autoridades competentes. No momento a administração da Companhia não tem como avaliar os impactos da conclusão das investigações realizadas pelo Comitê Independente.

33 Eventos subsequentes

Em 21 de janeiro de 2020, a Boehringer Ingelheim International GmbH & Co. KG comunicou à Companhia que expirou o período para exercício, de outro possível interessado, de direito de preferência para aquisição dos ativos descritos em fato relevante publicado em 18 de dezembro de 2019 (incluindo a família de marcas e registros de Buscopan e Buscofem). O fechamento da operação ainda depende do cumprimento de determinadas condições previstas no contrato, incluindo a aprovação da autoridade antitruste. O preço previsto é de R\$ 1,3 bilhão.

Em 02 de março de 2020, a Companhia comunicou em fato relevante que foi celebrado contrato com a Takeda Pharmaceutical International AG (“Takeda”) para aquisição de um portfólio de marcas de medicamentos de prescrição ou isentos de prescrição (“OTC”) no Brasil e também na América Latina pelo preço de USD 825 milhões (oitocentos e vinte e cinco milhões de dólares). O portfólio inclui produtos em áreas terapêuticas como cardiologia, diabetes, endocrinologia, gastroenterologia, sistema respiratório e clínica geral, dentre eles a marca líder de mercado Neosaldina (terceira maior marca de medicamentos OTC no Brasil), Dramin (marca de prescrição, segunda maior no segmento antináuseas), e o patenteado Nesina (para tratamento da diabetes tipo II). A Companhia já assegurou com bancos linhas de crédito de R\$ 3,5 bilhões para financiar a transação.